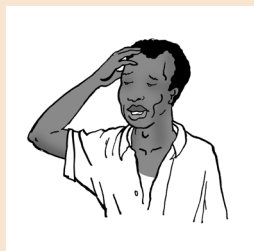


Mitigação dos efeitos do VIH/SIDA na agricultura de pequena escala

Agrodok 45 - Mitigação dos efeitos do VIH/SIDA na agricultura de pequena escala



Agrodok 45

Mitigação dos efeitos do VIH/SIDA na agricultura de pequena escala

Ard Lengkeek
Marian Koster
Mundie Salm

Esta publicação foi patrocinada por: Cordaid e Oxfam Novib

© Fundação Agromisa e CTA, Wageningen, 2008.

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta publicação pode ser reproduzida qualquer que seja a forma, impressa, fotográfica ou em microfilme, ou por quaisquer outros meios, sem autorização prévia e escrita do editor.

Primeira edição em português: 2008

Autores: Ard Lengkeek, Marian Koster, Mundie Salm

Editor: Marilyn Minderhoud Jones

Ilustrações: Olivier Rijcken

Design gráfico: Eva Kok

Tradução: Láli de Araújo

Impresso por: Digigrafí, Países Baixos

ISBN Agromisa: 978-90-8573-092-7

ISBN CTA: 978-92-9081-385-9

Prefácio

Nas regiões tropicais as comunidades de pequenos agricultores lutam contra o impacto devastador do VIH/SIDA. O Agrodok “*Mitigação dos efeitos do VIH/SIDA na agricultura de pequena escala*” destina-se a agentes extensionistas agrícolas e a todos aqueles que os apoiam a nível governamental, de ONG ou organizações internacionais. Grande parte do conteúdo deste Agrodok já foi tratado bastante mais em pormenor, em muitas das publicações que tratam do VIH/SIDA, disponíveis quer na forma impressa quer digital. Ao contrário da maior parte da literatura especializada neste domínio, este Agrodok fornece uma explicação sucinta e directa de como o VIH/SIDA destrói gradualmente o bem-estar da comunidade e a capacidade produtiva dos camponeses. Nele se sugerem algumas maneiras de adaptação das práticas agrícolas de forma a mitigar estes efeitos.

As ferramentas e abordagens descritas neste Agrodok são familiares a muitos dos leitores, visto que têm sido experimentadas e testadas em comunidades agrícolas de pequena escala por todo o mundo. Muitas das concepções e das experiências referidas nesta publicação provêm da África subsariana. Elas podem ser usadas e adaptadas de forma a estimular os membros da comunidade – irrespectivamente do grupo etário, sexo, estatuto material ou identidade étnica e religiosa - a trabalharem conjuntamente de forma a definirem os seus problemas e a encontrarem soluções fazendo uso dos seus próprios recursos locais.

São muitas as pessoas que contribuíram neste Agrodok com as suas experiências e o seu conhecimento. Os autores gostariam de expressar os seus agradecimentos em particular a Alfred Hamadziripi da Southern African Poverty Network, a Gaynor Paradza e Carolyne Nombo, do programa African Women Leaders in Agriculture and the Environment da Universidade e Centro de Investigação de Wageningen, a Caroline Brants e Cees van Rij, da Agriterra, a Sammy Carsan do ICRAF, a Suzanne Nederlof, Ellen Geerling e Roy Keijzer.

Marilyn Minderhoud Jones, 2008

Índice

1	Introdução	6
2	Identificação do problema	9
2.1	Impactos sociais	11
2.2	As necessidades das mulheres, das crianças e das pessoas idosas	12
2.3	Saúde	13
2.4	Conhecimento	14
2.5	Trabalho	14
3	Tornar possível a mitigação	16
3.1	Criação dum ambiente favorável	16
3.2	Acesso à informação	20
4	Participação orientada: fortalecer as comunidades através do acesso à informação	25
4.1	Participantes	25
4.2	Objectivos	26
4.3	Abordagens do <i>workshop</i>	27
4.4	Estrutura do <i>workshop</i>	28
4.5	Análise de género: o acesso aos informadores	30
4.6	Perfil de Actividades	32
4.7	Perfil de Acesso e de Controlo	34
4.8	Factores que exercem influência	36
4.9	Escolas de Campo e da Vida para Jovens Agricultores: indo ao encontro das necessidades dos jovens	38
5	Explorar os recursos	41
5.1	Boa nutrição	41
5.2	Uma terapia medicamentosa eficaz depende de uma nutrição balanceada	43
5.3	Plantas medicinais	44
5.4	Acesso às plantas medicinais	45

6	Utilizar os recursos	48
6.1	Manutenção da biodiversidade	48
6.2	Optar pelas árvores	50
6.3	Vantagens da agrossilvicultura	51
6.4	Trabalhar com lavoura de conservação	54
7	Edificar a cooperação	55
7.1	Feiras de sementes	55
7.2	Hortas comunitárias	57
7.3	Proceder a escolhas: o <i>Calendário Sazonal</i>	60
7.4	Monitorizar os resultados	61
7.5	Partilhar o trabalho	62
7.6	Poupanças e crédito	65
8	Criação de animais	68
8.1	O gado nas estratégias de mitigação do VIH/SIDA	69
8.2	Cuidar das aves domésticas	70
9	Actividades geradoras de rendimentos, dentro e fora da exploração agrícola	72
9.1	Conclusão	76
	Leitura recomendada	78
	Endereços úteis	80
	Abreviaturas	82
	Glossário	83

1 Introdução

O VIH/SIDA não é como outras doenças crónicas, ele carrega consigo um pesado estigma social. As pessoas que padecem desta doença – muitas delas encontram-se na primavera da vida – sentem-se excluídas da vida comunitária e, para as famílias que vivem com VIH/SIDA, torna-se é cada vez mais difícil manter produtivas as suas explorações agrícolas e hortas. Os agentes extensionistas, ao tentarem gerir os efeitos da doença nas pequenas comunidades agrícolas, são confrontados com dificuldades no desempenho do seu trabalho devido a atitudes negativas e a ignorância sobre a pandemia.

As pessoas que vivem com VIH/SIDA ou que sustentam parentes contaminados com VIH/SIDA necessitam de ajuda urgente. Necessitam de saber como tirar o máximo proveito dos recursos humanos e físicos que ainda lhes restam. E têm que passar por isto no seio dum ambiente emocional extremamente adverso. Na luta para lidar com as dimensões pessoais da tragédia, deparam com a perda de recursos essenciais de subsistência. O seu corpo não lhes permite a mesma capacidade de trabalho, há um afrouxamento ou ruptura completa da reciprocidade entre vizinhos e parentes; e os funcionários ligados à agricultura e o pessoal de investigação, esmagados pelos pedidos colocados nos seus recursos limitados, não são capazes de lhes dar o apoio que eles necessitam.

Os agentes extensionistas que trabalham com pessoas que vivem com VIH/SIDA também se encontram sob pressão profissional e emocional. Muitos dos investigadores agrícolas e agentes extensionistas assistem a anos do seu trabalho perdidos como resultado da pandemia. Há também funcionários da agricultura que ficam doentes, não podendo continuar a levar a cabo as actividades planeadas. Os programas e planos de projectos desmonoram-se quando os agentes extensionistas morrem e quando os camponeses que deles dependem são deixados desamparados. Tal transparece, muito claramente, num relatório recentemente publicado pelo Ministério da Alimentação e Agricultura

do Gana e pela FAO sobre o impacto do VIH/SIDA no trabalho dos agentes extensionistas na região de Brong Ahafo, no Gana. O VIH/SIDA cria uma disrupção na investigação e experimentação e provoca a perda de valiosas fontes de conhecimento, quando os camponeses que funcionam como pessoas de contacto ou os camponeses que dirigem talhões experimentais, ficam doentes e não podem prosseguir com o trabalho. E a nível financeiro, o VIH/SIDA ameaça os planos de poupança e de crédito do grupo, pois quando os membros da comunidade ficam doentes, deixam de poder trabalhar para reembolsar os seus empréstimos.

Não existe uma única solução estandardizada para os estragos provocados pelo VIH/SIDA. A reedificação da capacidade das famílias e das comunidades nas regiões tropicais para se dedicarem à agricultura, horticultura e para preservarem as suas cabeças de gado, é uma tarefa complexa e árdua. Tal implica prestar inteiramente atenção a uma mudança da base de recursos e identificar como se pode fazer a melhor utilização da terra, da água e dos insumos agrícolas, de forma a manter a saúde e assegurar a sobrevivência daqueles que padecem da doença.

É necessária uma total participação comunitária de modo a adaptar as práticas agrícolas para ir ao encontro do desafio do VIH/SIDA. É no interesse de todos tentar mudar as atitudes, costumes e legislação que entravam a cooperação e dificultam que as mulheres, as pessoas velhas e os jovens estabeleçam novas relações de trabalho, empreendam novas tarefas e influenciem, de maneira eficaz, a tomada de decisões.

Este é o aspecto em que este Agrodok dá a sua contribuição. Esta publicação destina-se a agentes extensionistas que possuem os contactos com as redes rurais, conhecimento das condições locais e ligações com organizações de camponeses que lhes possibilita obter a informação, a confiança e o apoio da comunidade, necessários para mitigar os efeitos do VIH/SIDA nas comunidades agrícolas de pequena escala.

Este Agrodok começa por fornecer exemplos de ferramentas participativas que podem ser usadas para documentar as necessidades dos

membros da comunidade e identificar os recursos e aptidões locais. Nele se discutem as dificuldades com que os agentes extensionistas podem deparar para conseguir que as comunidades cooperem e trabalhem em conjunto. Trata-se de centrar a atenção no facto que algumas das inovações, a investigação e a experimentação levadas a cabo pelos camponeses podem possibilitar as comunidades rurais a reagir determinada e eficazmente ao desafio apresentado pelo VIH/SIDA. Para informação mais detalhada sobre os tópicos aqui abordados, consultar a “Leitura recomendada”.

2 Identificação do problema

A agricultura pode ser adaptada às necessidades específicas das pessoas que vivem com VIH/SIDA. Podem-se efectuar mudanças quanto à forma que as explorações agrícolas são geridas e que os recursos naturais são utilizados. Um importante primeiro passo para o pessoal extensionista agrícola consiste em estabelecer ligações e trabalhar com colegas de outros sectores. O desenvolvimento de soluções polivalentes e duradouras depende de até que ponto as pessoas que trabalham nas áreas da saúde, silvicultura, educação, agricultura e gestão dos recursos naturais são capazes de trocar experiências e aprender uns dos outros. A cooperação também reduz o risco dos agricultores receberem mensagens que são incompatíveis, provenientes de diversas fontes e facilita o desenvolvimento de medidas integradas que podem satisfazer as necessidades da comunidade em questão.

As parcerias com trabalhadores da saúde e da comunidade revestem-se de particular importância, visto que os extensionistas agrícolas não são peritos em VIH/SIDA. Eles não se encontram habilitados a poder lidar com os impactos sociais e psíquicos da doença. Para mais, à medida que a pandemia se intensifica, eles deparam-se a trabalhar com as mulheres, pessoas idosas e crianças, um grupo-alvo novo e altamente desconhecido. Para realizar este trabalho de forma eficaz muitas das vezes eles necessitam da ajuda dos extensionistas que trabalham na comunidade, para lhes possibilitar avaliar as forças e vulnerabilidades (pontos fortes e fracos) destes grupos.

A maioria dos agentes extensionistas agrícolas viram com os seus próprios olhos o grande alcance que os efeitos do VIH/SIDA pode ter nos agregados familiares rurais. Por exemplo, é frequente que muitos dos agregados familiares afectados pelo VIH/SIDA, deixem de poder dedicar-se à agricultura orientada para o mercado. Tal implica que os agentes extensionistas tenham que identificar outras formas de garantir a segurança alimentar e nutricional e de gerar rendimentos monetários.

Quadro 1: Efeitos do VIH/SIDA na produtividade e bem estar das famílias camponesas

Impacto social	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Exclusão dos mercados e de outras formas de sobrevivência/sustento ➤ Exclusão das actividades comunitárias ➤ Depressão ➤ Solidão e isolamento ➤ Vulnerabilidade a roubos ➤ Possível perda do parceiro ➤ A viúva e os órfãos podem perder os direitos fundiários ➤ Declínio da estrutura social da comunidade
Saúde	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Menor duração de vida ➤ Aumento do risco de outras doenças ➤ Maior dificuldade de controlar doenças correntes ➤ Aumento de procura de medicamentos e alimentos nutritivos, ricos em proteínas
Mão-de-obra Trabalho	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Incapacidade para trabalhar muito – um problema que se reveste de especial importância nas épocas de pico ➤ Incapacidade para planear bem o trabalho devido a uma saúde instável ➤ Necessidade de dispor de tempo para as consultas médicas ➤ Menor disponibilidade para o trabalho na exploração agrícola devido aos cuidados dos doentes ➤ Abandono de campos distantes visto que não há mão-de-obra suficiente
Dinheiro	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Menos dinheiro devido às despesas adicionais (medicamentos, funerais) ➤ Perda de receitas fora da exploração agrícola (p.ex. salários urbanos) ➤ Baixa de produtividade na exploração agrícola e menos receitas provenientes de vendas ➤ Incapacidade de atingir o mercado ➤ Baixa nas receitas devido a ter que vender-se a terra e os animais para satisfazer despesas a curto prazo
Agregado familiar	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Enfraquecimento da estrutura do agregado familiar ➤ Menos vontade ou capacidade dos membros da família para ajudar os doentes com VIH/SIDA do que outros que sofrem de outras doenças ➤ Stress emocional ➤ As crianças são tiradas da escola ➤ As viúvas, avós ou órfãos tornam-se os chefes do agregado familiar
Conhecimento	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Perda de conhecimento sobre espécies culturais, técnicas e mercados porque as pessoas morrem antes de poderem transferir os seus conhecimentos para os seus descendentes ➤ Exclusão de inovações e de nova informação ➤ Restrição de certo conhecimento e práticas respeitantes ao género

O Quadro 1 fornece uma visão de conjunto sucinta de como o VIH/SIDA afecta a produtividade agrícola e o bem-estar comunitário. Trataremos e discutiremos estas áreas problemáticas mais adiante, fazendo referência a soluções possíveis.



Figura 1: A maioria dos extensionistas não está habilitada a responder à pandemia

2.1 Impactos sociais

Os agregados familiares que vivem com VIH/SIDA desenvolvem as suas próprias estratégias de sobrevivência. Em muitos dos casos de isolamento social de famílias que vivem com esta doença é óbvio que eles recebem pouca ajuda dos seus parentes ou de outros agricultores. Como resultado são obrigados a encontrar soluções a curto prazo. Cultivam-se áreas menores; produzem-se menos culturas e tarefas como sejam a reparação das alfaias agrícolas, a manutenção de terraços, a monda e a poda ou são omitidas ou ficam atrasadas. A longo prazo esta situação conduz a uma falta de segurança alimentar e nutricional e a um decréscimo dos rendimentos e da capacidade produtiva.

Ao mesmo tempo, os custos físicos e materiais dos cuidados das pessoas afectadas pelo VIH/SIDA aumentam grandemente à medida que a doença progride. É necessário dinheiro adicional para tratamentos médicos e, como resultado, têm que se pôr à venda os bens imóveis da exploração agrícola - gado, ferramentas ou reservas de sementes.

2.2 As necessidades das mulheres, das crianças e das pessoas idosas

São as mulheres que se dedicam, normalmente, à produção das culturas alimentares. Nos casos em que a necessidade de cuidar dos doentes as impede de cultivar os seus campos e hortas, haverá menos comida disponível para as suas famílias.

O direito à terra para a mulher deriva, frequentemente, do direito do seu marido. Quando o agregado familiar já não é encabeçado por um homem, as mulheres arriscam-se a que lhes seja recusado o acesso não só à terra mas também ao crédito e a outros recursos e serviços. Tal significa que as mulheres deixam de dispor dos bens imóveis que necessitam para lhes proporcionar a comida para si e para os seus filhos. A ausência de direitos de propriedade formais pode levar a que os parentes se apoderem indevidamente da propriedade, causando ainda um maior colapso da segurança económica daqueles que sobreviveram a pandemia. Os agentes extensionistas devem estar conscientes que as mulheres, muitas das vezes, são excluídas da tomada de decisões. Isto significa que os planos são elaborados sem que se tome em consideração as suas necessidades e cargas de trabalho.

As pessoas idosas também são um grupo vulnerável. Muitas delas estão a criar os seus netos órfãos, numa idade em que já não têm mais a força física para desempenhar tarefas produtivas.

A vida das crianças também muda drasticamente nos agregados familiares afectados por VIH/SIDA. Entre os problemas com os quais se deve lidar quando se delineam projectos para mitigar os efeitos da doença no grupo etário dos jovens, há que se considerar as pesadas car-

gas de trabalho, a perda da educação e a responsabilidade pelo cargo de progenitores doentes ou irmãos órfãos.



Figura 2: À medida que a infecção pelo VIH/SIDA progride, as pessoas afectadas pela doença necessitarão de mais cuidados e tornam-se mais incapacitadas para trabalhar

2.3 Saúde

A saúde determina a capacidade individual com respeito ao trabalho. A saúde das pessoas afectadas por VIH/SIDA não é constante. Nos estágios iniciais de infecção – que pode durar de seis a oito anos – as pessoas infectadas com o vírus podem ser saudáveis, fortes e produtivas, especialmente se dispõem de uma boa nutrição. Mais tarde, contudo, uma fadiga crónica e a ocorrência de doenças oportunistas, como sejam tuberculose, pneumonia e infecções virais e fúngicas, indicam

que a doença progrediu para um estágio mais grave. A partir desse momento os recursos do agregado familiar serão cada vez mais devotados à compra de medicamentos e ao cuidado dos doentes. Uma morte relacionada com VIH/SIDA assinala muitas vezes o facto que o parceiro também pode estar infectado. Tal colocará uma pressão ainda maior sobre os recursos, já debilitados, do agregado familiar.

2.4 Conhecimento

O isolamento social e a pobreza dos agregados familiares que vivem com VIH/SIDA provoca um corte gradual da informação que eles necessitam para os ajudar a inovar e a melhorar a sua capacidade de tomada de decisões. Para mais, quando um membro da família morre prematuramente, normalmente o seu conhecimento e experiência perdem-se. Tal é particularmente corrente em sociedades onde existe uma divisão rigorosa de trabalho entre homens e mulheres. Em situações de crise, a falta de conhecimento e experiência entre os membros do agregado familiar sobreviventes, dificulta, extremamente, a sua adaptação a situações de rápida mutação.

2.5 Trabalho

As pessoas que vivem com VIH/SIDA têm menos capacidade para desempenhar trabalhos pesados, para trabalhar durante períodos longos ou seguirem horários rígidos de trabalho. Quando se elaboram planos para integrar actividades que geram rendimentos nas estratégias para mitigar o impacto do VIH/SIDA, deve-se tomar em consideração os factores que em seguida passamos a referir. O trabalho envolvido deve requerer o mínimo de esforço físico e deve-se fazer um planeamento cuidadoso dos períodos de concentração de trabalho, tal como no início do ciclo produtivo. Deve-se reservar os esforços para criar oportunidades que possam conduzir a uma fonte estável de rendimentos. Pode-se tirar proveito das vantagens que se colocam ao se utilizarem recursos e aptidões que não requerem insumos externos ou estes são muito baixos.



Figura 3: O VIH/SIDA provoca uma disrupção da capacidade da comunidade para transmitir a seu conhecimento duma geração para a seguinte

3 Tornar possível a mitigação

É necessário que haja cooperação e apoio entre os intervenientes (pessoas ou organizações envolvidas - *stakeholders*) para que as estratégias conducentes à mitigação do VIH/SIDA possam dar os seus frutos. A participação e a confiança são essenciais para deter a erosão das condições de vida/meios de subsistência dos agregados rurais. Um primeiro passo nesse sentido consiste em criar condições conducentes ao estabelecimento dum novo relacionamento e motivar os agregados familiares a trabalharem conjuntamente. As comunidades podem tornar-se mais eficazes no que concerne à identificação e implementação de estratégias para combater os efeitos do VIH/SIDA, no caso de trabalharem, conjuntamente, num ambiente favorável.

3.1 Criação dum ambiente favorável

A informação desempenha um papel crucial na criação dum ambiente favorável. Os *workshops*, reuniões e encontros informais podem ser usados pelos extensionistas para estimular a discussão sobre a relação estreita entre uma má saúde e uma insegurança alimentar e nutricional. Através dum intercâmbio liderado e aberto, os intervenientes tornam-se conscientes de que eles não são os únicos a encararem estes problemas.

Há ferramentas participativas específicas que podem ser usadas para ajudar os membros da comunidade a identificar a forma segundo a qual uma má saúde, e ainda mais especificamente, o VIH/SIDA, têm um impacto na produtividade e bem-estar das comunidades rurais. Também possibilita as comunidades a avaliarem, de forma racional, os recursos e oportunidades disponíveis para deter este processo.

Trabalhar através de organizações de camponeses

Os agentes extensionistas devem ganhar a confiança das comunidades e dos agregados familiares. Os membros das organizações de camponeses e as associações de produtores agrícolas são parceiros importan-

tes neste processo. Eles possuem um estatuto de respeito e de confiança dentro da sua comunidade e o seu apoio para facilitar o processo de adaptação e mudança das práticas agrícolas.

Muitas das organizações de camponeses já têm programas de mitigação do VIH/SIDA. Os agentes extensionistas podem alicerçar o seu trabalho nessas iniciativas e experiências. Ao se usar a estrutura e as actividades das organizações camponesas - as quais incluem reuniões, sessões de formação/capacitação e visitas de campo com os dirigentes camponeses -, podem encontrar-se com os camponeses, escutar as suas dificuldades e partilhar experiências de como as comunidades estão a lidar com os problemas originados pelo VIH/SIDA.

Os funcionários de extensão agrícola também podem fazer contactos com organizações que possuem informação sobre as pessoas que vivem com VIH/SIDA. Muitas das comunidades criaram pequenas associações sobre VIH/SIDA, que são dirigidas por mulheres e outros membros da comunidade.

Planeamento e orçamentação das actividades

Os agentes extensionistas também podem utilizar as infra-estruturas de intervenção directa das organizações agrícolas para incrementar a compreensão/conhecimento dos camponeses sobre as causas do VIH/SIDA, a forma em que a doença se desenvolve e como um bom regime alimentar e uma boa nutrição podem fortalecer o sistema imunitário. Quando os camponeses regressam às suas aldeias devem ser ajudados para porem a nova informação e as novas ideias em prática.

Para apoiar este processo é necessário dinheiro e ferramentas de análise. Os serviços de extensão locais e nacionais têm que incluir nos seus orçamentos actividades geradoras de informação. Reveste-se de crucial importância que os agentes extensionistas criem as condições sociais que lhes possibilite ter acesso à informação de que dispõem os membros da comunidade. Isto possibilitá-los-á formarem uma imagem clara da maneira como os agregados familiares individuais têm estado a ser afectados pela pandemia.

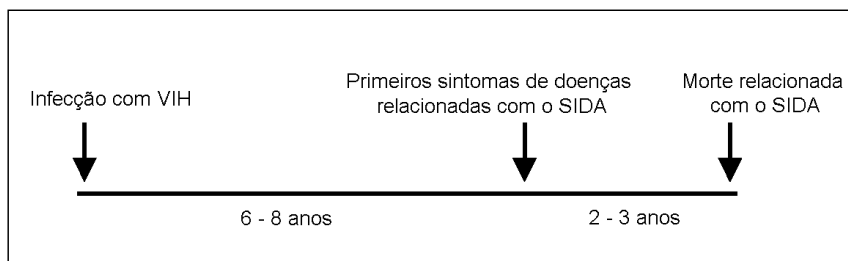


Figura 4: Estar consciente de como o VIH/SIDA evolui pode ajudar as comunidades a planearem estratégias de mitigação

Informação agrícola e os meios de comunicação

Pode-se reforçar este processo se os agentes extensionistas e os serviços de informação agrícola colaborarem estreitamente com os meios de comunicação públicos. A rádio comunitária é uma fonte de informação em florescimento, particularmente importante para os agregados rurais. Os programas agrícolas para grupos-alvo, como sejam programas com sessões de perguntas e respostas, combinados com actividades de grupo para escutar os problemas podem ter um impacto significativo sobre como os camponeses pensam sobre as actividades da exploração agrícola e as organizam. Colunas regulares em revistas para agricultores, publicações de ONG e jornais locais/regionais e nacionais também podem ser usados para manter os agricultores e as pessoas que com eles trabalham actualizados e bem informados.

Quando diferentes sectores dos média trabalham em conjunto para difundir mensagens chave, o impacto pode ser muito poderoso. Muitos dos serviços de informação agrária já dirigem campanhas relacionadas com VIH/SIDA envolvendo a imprensa, rádio e televisão e, em alguns casos, também vídeo e telefones celulares. Estes meios de comunicação podem, todos eles, ser usados para divulgar informação prática, muitas das vezes nas línguas locais, para as pessoas que padecem da doença. O pessoal de extensão deve planear formas de assegurar que os agregados familiares que não têm acesso aos jornais ou à rádio também sejam mantidos informados.



Figura 5: As actividades geradoras de rendimentos são essenciais mas as famílias de agricultores necessitam de informação sobre as oportunidades disponíveis

“Straight Talk” (Directo ao Assunto): um exemplo de intervenção directa inovadora

A ONG ugandesa *Straight Talk Foundation* utiliza a média – rádio e imprensa – assim como os *workshop* “cara a cara” para atingir a população jovem e adolescente. O seu objectivo é elevar a consciência deste grupo sobre VIH/SIDA e outros temas de saúde sexual e reprodutiva. Nos finais da década de 90 esta ONG iniciou o jornal para adolescentes intitulado *Straight Talk (Directo ao Assunto)* que agora, no Uganda, tem um número mensal de leitores estimado em quatro milhões de adolescentes e dois milhões de pais e professores.

Straight Talk também tem sete outros boletins informativos, dois dos quais – *Farm Talk* and *Tree Talk* - tratam temas ambientais e incluem informação de como iniciar hortas escolares e talhões florestais escolares para que, deste modo, a população jovem tenha uma fonte de alimentação nutritiva. A *Straight Talk Foundations* tem uma estratégia de distribuição inovadora. Os seus boletins informativos, impressos

em várias línguas, estão inseridos no jornal diário de maior distribuição do Uganda e que é enviado para as escolas, postos de saúde, igrejas e mesquitas.

3.2 Acesso à informação

É necessária informação para possibilitar que os agregados familiares que vivem com VIH/SIDA adaptem as suas actividades agrícolas ou fora da exploração agrícola, de modo a satisfazer as suas necessidades básicas. Tal inclui a manutenção de um regime regular, adequado e nutritivo de dietas alimentares e a garantia que se pode dispor de dinheiro suficiente para pagar as despesas médicas e outras do agregado familiar.

Ao longo deste Agrodok enfatizamos a necessidade para se desenvolver as forças internas e reduzir a dependência dos recursos externos de modo a se alcançar estes objectivos. Tal implica recolher informação sobre como as actividades agrícolas e as tarefas comunitárias estão a ser geridas e usar esta informação para avaliar os recursos agrícolas, as capacidades e aptidões humanas e os activos financeiros disponíveis para uso agrícola, no futuro.

Informação sensível e específica

É essencial que esta informação seja recolhida numa maneira aberta e participativa. As discussões de grupo, *workshops* e outros encontros que envolvem o máximo possível de membros, podem gerar informação valiosa. Será necessário, por vezes, ter acesso a informação, que se encontra na posse dum grupo específico, ou obter informação sobre assuntos particularmente sensíveis. Em tais casos os agentes extensionistas terão que abordar o seu grupo alvo com cuidado. Eles devem mostrar que compreenderam o equilíbrio delicado de relações e de tradições no seio da comunidade, mas também devem sublinhar a importância que os membros da comunidade lhes forneçam informação acurada. Uma adaptação e estratégias de mitigação bem sucedidas dependem dum avaliação realista dos recursos, oportunidades e constrangimentos da comunidade.

As vítimas do VIH/SIDA muitas das vezes acham que é muito difícil tomar parte neste tipo de actividades participativas de grupo. Eles temem discriminação e estigmatização caso o seu estatuto seja revelado. Os agentes extensionistas têm que tomar isto em consideração, aquando do planeamento de actividades de encontro. O seu objectivo deve ser conseguir que as pessoas que padecem da doença expliquem como as suas condições de vida foram afectadas devido ao seu estado de saúde, para que a comunidade, na sua totalidade, possa obter uma melhor compreensão da magnitude do problema. Sempre que possível, o extensionista agrícola deverá tentar cooperar com os trabalhadores locais de saúde e as associações de VIH/SIDA a nível da aldeia, que possuem um melhor conhecimento sobre o estatuto do VIH/SIDA de agregados familiares individuais.



Figura 6: O medo de discriminação pode levar as pessoas que sofrem de VIH/SIDA a se retirarem totalmente da vida comunitária

Tomar parte em exercícios de documentação participativa, pode ter um efeito positivo para as pessoas que vivem com VIH/SIDA. Tal pode romper as barreiras que os isolam dentro da sua comunidade. É-lhes dado a conhecer onde podem encontrar informação útil e beneficiam da partilha de experiências, ideias e inovações. À medida que a compreensão dos seus problemas por parte da comunidade aumenta e os esforços para adaptar as práticas agrícolas de forma a garantir uma segurança alimentar e nutricional progridem, as pessoas que vivem com VIH/SIDA recuperam, gradualmente, a auto-confiança. Elas necessitam desta auto-confiança para empreender actividades zelosamente alinhavadas que podem ajudá-las a melhorar as suas dietas alimentares e, caso possível, a ganharem algum dinheiro.



Figura 7: A maioria das comunidades afectadas pelo VIH/SIDA necessitam de informação sobre como podem adaptar as suas práticas agrícolas a fim de mitigar os impactos da doença

Pode ser difícil iniciar este processo. O estigma do VIH/SIDA é profundo e a carga dos cuidados a ter com os pacientes de VIH/SIDA nos agregados familiares afectados, muitas das vezes dificulta a participação dos membros da família, em especial das mulheres, nas actividades da comunidade. Os agentes extensionistas também podem achar que os membros da comunidade estão relutantes para transmitir o co-

nhecimento àqueles que não são membros do mesmo grupo ou do mesmo sexo.

Documentação: encorajamento da participação

Existem vários métodos participativos que podem ser usados para recolher e classificar informação agrícola nas comunidades afectadas por VIH/SIDA. Neste Agrodok tratamos dos seguintes: *Perfis de Actividades*; *Perfis de Acesso e Controlo*; *Mapeamento das Condições de vida* em combinação com a *Análise dos 4 quadrados ou da Janela*; e *Calendários Sazonais*. Também se apresentam as experiências levadas a cabo por jovens utilizando a abordagem das *Escolas de Campo (para Agricultores)* e também se descreve a experiência da *Escola de Campoe da Vida para Jovens Agricultores* em Moçambique, como um exemplo da maneira em que a juventude rural pode ser introduzida nas práticas agrícolas que podem contribuir para a auto-suficiência.

A informação de base é essencial. Os agentes extensionistas devem preparar-se para exercícios de documentação participativa, recolhendo o máximo de informação possível sobre as comunidades em questão e a prevalência do VIH/SIDA na área. As agências governamentais locais, as ONG e organizações comunitárias locais possuem, normalmente, um conhecimento considerável sobre as condições em que vivem os grupos vulneráveis. Esta orientação de base ajudará os agentes extensionistas a identificarem o seu grupo alvo e a decidirem sobre a abordagem participativa mais conveniente dentro da situação local. Também lhes possibilitará facilitar a discussão entre os membros da comunidade, alguns dos quais podem ser relutantes, hostis, temerosos ou demonstrar um auto-interesse inusitado para se envolverem nas actividades de recolha de informação.

Vulnerabilidade: um critério básico

O medo de estigmatização e a falta de infra-estruturas de testagem do VIH/SIDA implicam que muitas das vezes seja difícil identificar as pessoas que estão afectadas pelo vírus. Por isso, as actividades de documentação e projectos de adaptação agrícola devem centrar-se nos grupos vulneráveis em vez de visarem os agregados familiares direc-

tamente afectados pelo vírus. Os agregados familiares que vivem com as consequências do VIH/SIDA – famílias encabeçadas por órfãos, pessoas idosas que criam, sozinhas, os seus netos ou agregados familiares encabeçados por viúvas - devem ser incluídos nas estratégias de mitigação. A vulnerabilidade deve ser o critério de intervenção para melhorar a segurança alimentar e reduzir a pobreza que ameaça o bem estar material, físico e emocional.

Quando se criarem as condições que possibilitem aos diversos intervenientes, (incluindo agentes extensionistas, pessoal do governo, professores, líderes locais, agricultores e membros de outros grupos da comunidade) partilhar informação e experiências, será possível explorar-se modos alternativos de adaptação das práticas agrícolas, de modo a mitigar os efeitos do VIH/SIDA.

4 Participação orientada: fortalecer as comunidades através do acesso à informação

Uma adaptação bem sucedida de práticas de subsistência, de modo a satisfazer as necessidades dos intervenientes rurais que vivem com VIH/SIDA, requer um planeamento cuidadoso. Devem-se compreender os recursos, actividades e costumes da comunidade antes de se fazerem intervenções. A realização dum *workshop* constitui uma maneira de se poder ter acesso a este tipo de informação. Os *workshops* também podem ajudar a estimular os membros da comunidade a trabalhar em conjunto.

O *workshop* sobre *Mapeamento das Condições de Vida*, que mais adiante descrevemos, pode ser usado pelos agentes extensionistas para identificar os grupos vulneráveis, definir os factores que ameaçam o sustento das explorações agrícolas e estimular discussões sobre os tipos de actividades que fazem com que os agregados familiares e as comunidades estejam mais resilientes aos efeitos do VIH/SIDA. A acrescentar à recolha sistemática de informação, o *Workshop* sobre *Mapeamento das Condições de Vida* também visa o fortalecimento da capacidade de tomada de decisões dos membros da comunidade envolvidos.

4.1 Participantes

A composição do grupo alvo dependerá do local onde se realizará o *workshop*, dos sistemas de subsistência/condições de vida envolvidos e, talvez o que é mais importante de tudo, os costumes e tradições que determinam os papéis económicos e o estatuto social na comunidade em questão. Os funcionários da Agricultura por vezes acham que é difícil para as pessoas que padecem de VIH/SIDA participar nos *workshops* e nas reuniões. A sua saúde pode não os deixar participar

inteiramente e podem necessitar de ajuda para viajar e para permanecer no local onde o *workshop* se realiza.

Talvez também necessitem de ser compensadas pelo tempo que passam fora das suas explorações agrícolas. Estes são factores que têm que ser tomados em consideração aquando do planeamento e da orçamentação de *workshops* deste tipo.

Tanto os homens como as mulheres devem participar nas actividades do *workshop*. Tal reveste-se de particular importância nas comunidades onde existe uma divisão de trabalho rígida porque possibilita salientar as diferentes aptidões e constrangimentos. Um *workshop* cuidadosamente estruturado pode ajudar a estabelecer a comunicação entre os membros da comunidade que, doutro modo, podem não interagir uns com os outros. Não obstante, nos casos em que para as mulheres (ou outros grupos sociais como sejam as crianças, pessoas idosas, pessoas com uma identidade étnica específica), seja difícil falar na presença de terceiros, é preciso criar as condições para se formar grupos separados, de modo a que assim se sintam à vontade para poderem falar livremente.

4.2 Objectivos

É crucial que os objectivos sejam claros. A alocação do tempo para as actividades do *workshop* dependerá dos objectivos do mesmo e do estatuto, necessidades e força do grupo-alvo. Num *workshop* em que se usa a abordagem de *Mapeamento das Condições de Vida*, que mais adiante descrevemos, em combinação com a *Análise dos 4 Quadrados* pode gerar informação útil. Também se pode aprender muito a partir de discussões informais que tomam lugar antes, durante e depois dos acontecimentos do *workshop*.

O agente extensionista pode propor os objectivos gerais. Mais tarde estes podem ser refinados pelo grupo-alvo de forma a reflectirem as condições prevalecentes na sua comunidade.

Contudo, deve-se responder às seguintes questões:

- Qual tem sido o impacto do VIH/SIDA na agricultura local?
- O que é que necessitam os agricultores e os agregados familiares afectados pelo VIH/SIDA?
- Onde se pode encontrar informação sobre tecnologias agrícolas úteis?
- Como é que se podem partilhar e implementar as experiências sobre técnicas para ajudar a aliviar a queda da produção e os constrangimentos de mão de obra?
- Como é que se podem reforçar e revitalizar os sistemas de apoio à comunidade?

4.3 Abordagens do *workshop*

Mapeamento das Condições de Vida e Análise dos 4 Quadrados

Estes dois métodos podem ser usados para se avaliar o impacto do VIH/SIDA sobre as actividades agrícolas e para estabelecer a quantidade de mão-de-obra, recursos internos e de insumos externos – incluindo dinheiro – necessários para manter as actividades chave da exploração agrícola. A informação gerada durante as actividades de grupo é discutida por todos os participantes do *workshop* e as conclusões são usadas para identificar possíveis estratégias de mitigação.

Mapeamento das Condições de Vida

Os participantes fazem um desenho/esboço duma exploração agrícola e mapeiam as suas culturas e actividades. Para tal combinam as características das suas machambas numa única machamba. Tal evita que os camponeses se enredem em demasiado detalhe. Depois de isso ter sido feito, pede-se, então, aos participantes que classifiquem as actividades que eles identificaram segundo uma ordem de importância. Devem começar por pôr por ordem as actividades que foram importantes numa situação pré VIH/SIDA e, depois, utilizando uma outra cor, classificar as actividades que se tornaram mais importantes com o advento do VIH/SIDA.

Análise dos 4 Quadrados ou da Janela

O Quadro 2 mostra quatro rectângulos. Pedem-se aos participantes para utilizarem os critérios de insumo e de rendimento/produção para decidir a qual dos rectângulos pertencem as suas culturas e as outras actividades. Como insumos referimo-nos aqui à quantidade de trabalho e de dinheiro necessário para levar a cabo a actividade. O rendimento/produção é o retorno que os camponeses esperam obter.

Quadro 2: Análise dos 4 Quadrados ou da Janela

Insumo e produção altos p.ex vacas leiteiras, construção	Insumo alto e produção baixa p.ex. café
1	2
Insumo baixo e produção alta p.ex. nozes de macadamia	Insumo baixo e produção baixa p.ex. mandioca ou aves de capoeira criadas à solta
3	4

4.4 Estrutura do *workshop*

O *workshop Mapeamento das Condições de Vida e Análise dos 4 Quadrados* visa recolher informação, estimular a discussão e encorajar a cooperação entre os participantes. Este processo compreende cinco etapas:

➤ *Etapa Um*

Os participantes apresentam-se uns aos outros e é-lhes explicado o propósito e objectivos do *workshop*.

➤ *Etapa Dois*

Os participantes listam todos os seus meios de vida e as actividades agrícolas. A lista é feita numa folha gigante e apresentada a todo o grupo. Sempre que possível as actividades são agrupadas em ramos. Por exemplo, o ramo de produção agrícola pode incluir o cultivo de legumes de folhas, raízes e tubérculos, espécies lenhosas, culturas forrageiras, árvores de fruta e plantas medicinais.

➤ *Etapa Três*

Os participantes são divididos em grupos de cinco pessoas e a composição destes grupos deve ser sensível ao facto que homens, mulheres e crianças provenientes de estatutos sociais diferentes terão diferentes prioridades. É, pois, importante que as pessoas com prioridades similares sejam colocadas no mesmo grupo. Cada grupo completará as abordagens *Mapeamento dos Meios de Vida* e *Análise dos 4 Quadrados ou da Janela*. Devem-se explicar, minuciosamente, os princípios que são subjacentes a estas técnicas de documentação e como funcionam.

➤ *Etapa Quatro*

Em cada grupo um dos participantes apresenta os resultados do exercício a todos os outros participantes e o grupo discute estes resultados/conclusões. O facilitador conduz a discussão e ajuda os participantes a avaliarem os resultados de forma a que seja possível responder às questões levantadas no início do *workshop*. Pode-se pedir aos participantes, por exemplo, que demonstrem como é que as prioridades dos seus agregados familiares mudaram ao tentarem responder ao impacto do VIH/SIDA. Isto ajuda o grupo a traduzir em palavras as acções que os camponeses já estão a tomar para mitigar os efeitos da doença. A *Análise dos 4 Quadrados* pode ajudar os agricultores a obterem uma compreensão/visão sobre as opções disponíveis e os recursos que elas requerem. A saúde e a situação e recursos familiares podem ser tais que opções que englobem insumos elevados deixam de ser possíveis. Mudar para outras opções pode significar que podem ser capazes de manter um nível aceitável de produção, e assim mitigar os efeitos do VIH/SIDA, usando menos trabalho e menos insumos externos.

➤ *Etapa Cinco*

Os participantes descrevem as estruturas de apoio na sua comunidade. Eles pensam sobre maneiras que possibilitariam a uma comunidade mais alargada partilhar o conhecimento acerca das diversas estratégias de mitigação. Tal pode englobar, por exemplo, troca de variedades locais de materiais vegetativos e informação prática sobre cultivo e

colheita. O papel do facilitador é de conduzir a discussão, evitando as soluções fáceis. Abandonar uma cultura que precisa insumos altos ou dedicar-se à criação de coelhos ou à apicultura, só por si não fará muita diferença para o sustento das pessoas que vivem com o VIH/SIDA.

A experiência também demonstra que para os pequenos agricultores é difícil se adaptarem a uma mudança grande e repentina. É importante que os agregados familiares compreendam como as intervenções seleccionadas melhorarão o seu acesso à alimentação, trabalho, nutrição e medicina. Atingem-se os efeitos mais positivos quando se introduzem muitas pequenas mudanças, numa maneira sistemática e durante um período de tempo mais longo. As pequenas intervenções que utilizam a diversidade como uma estratégia de gestão de riscos, podem ter um impacto considerável. Os membros do agregado familiar têm tempo para se ajustarem às novas tarefas e rotinas e não são introduzidas novas actividades até que as intervenções anteriores tenham sido implementadas de forma satisfatória. Os camponeses têm que sentir que têm o controlo sobre o seu sistema agrícola e não se sentirem aniquilados por terem que lidar com demasiadas mudanças duma só vez.

4.5 Análise de género: o acesso aos informadores

Quando se planificam as estratégias de mitigação tem que se tomar em consideração a composição do agregado familiar, a divisão de trabalho e as capacidades e estrangimentos dos membros da família. A maneira como as tarefas são distribuídas entre homens e mulheres em famílias dirigidas por um casal, será muito diferente da divisão de trabalho em agregados familiares onde as viúvas, mulheres sózinhas, os avós ou os filhos órfãos mais velhos são responsáveis pelos assuntos da família.

Muitos dos agentes extensionistas são homens o que implica que eles devem fazer um esforço consciente para falar com as mulheres. Frequentemente as mulheres têm que ser visadas explicitamente para que possam ser ajudadas de maneira eficaz. Trata-se, particularmente, do

caso das sociedades em que os costumes restringem o papel económico e social desempenhado pelas mulheres no seio da comunidade. Por exemplo, nas sociedades em que não se espera que as mulheres falem em público, os agentes extensionistas podem ter que pedir a mulheres dirigentes, a quem é permitido falar abertamente em frente de outras pessoas, para expressarem os problemas encarados pelas mulheres que padecem de VIH/SIDA. Caso isto não seja viável, talvez seja necessário organizar reuniões separadas com mulheres.



Figura 8: Em comunidades onde não é habitual que as mulheres tomem parte em reuniões formais, elas podem ser representadas por mulheres respeitadas, mais velhas ou dirigentes

Uma *Análise de Estudo de Género* pode ser usada numa situação de um grupo restrito, tal como seja um grupo inteiramente composto por mulheres. Também pode ser muito eficaz em *workshops* e encontros cujo objectivo seja proporcionar um corte transversal dos membros da comunidade. Uma *Análise de Estudo de Género* apetrecha os extensionistas com uma visão sobre o modo como as tarefas são divididas entre os homens, mulheres e crianças. O exercício também garante que os homens e mulheres de diferentes grupos etários e estado civil

tenham a oportunidade de fornecer informação detalhada sobre as suas tarefas dentro do agregado familiar e as actividades de subsistência. Estes pontos de vista podem, então, ser utilizados para a escolha de adaptações que possibilitem a partilha ou redistribuição das cargas de trabalho nos agregados familiares e nas comunidades afectadas pelo VIH/SIDA.

As mulheres não constituem o único foco de uma *Análise de Estudo de Género*. Este método também pode ser usado para ajudar o grupo-alvo a compreender as necessidades e capacidades dos outros grupos sociais. Por exemplo, a classe, a etnicidade e a idade, desempenham um papel quanto à determinação do acesso aos recursos, tomada de decisão e à alocação das tarefas. A análise de género questiona porque estas diferenças existem, explora donde provêm e tenta identificar maneiras em que se possa otimizar os recursos humanos e o conhecimento individual disponíveis.

Inicia-se o exercício de *Análise de Género* recolhendo informação sobre os seguintes aspectos da vida comunitária:

- Actividades e tarefas: quem faz o quê na comunidade e no agregado familiar?
- Recursos: quem tem o quê?
- Tomada de decisão: quem decide o quê e como se atingem as decisões?
- Efeitos da tomada de decisão: quem é que ganha com os resultados destas decisões e quem perde?

As respostas a estas questões são usadas para classificar a informação gerada numa forma mais utilizável. Desenvolveram-se dois perfis: um *Perfil de Actividades* e um *Perfil de Acesso e Controlo*.

4.6 Perfil de Actividades

Os participantes preenchem uma ficha com a informação gerada durante a *Análise de Género*. Eles classificam as actividades dos diversos membros da comunidade em itens, quando estas actividades têm

lugar (diária, semanalmente ou durante uma estação específica) e quanto tempo demora a completar cada uma das actividades. Também se anota o lugar em que a actividade é desempenhada, quer seja em casa ou nos campos que pertencem aos homens, às mulheres ou à comunidade. O Quadro 3, que a seguir apresentamos, fornece um exemplo de um modelo de um *Perfil de Actividades*.

Quadro 3: Exemplo dum Perfil de Actividades

Actividades	Mulheres		Homens		Tempo dispendido	Localização
	Mulheres adultas	Rapazas	Homens adultos	Rapazes		
Actividades produtivas						
Agricultura						
Desbravamento						
Lavoura						
Sementeira						
Monda						
Colheita						
Cultivo de mandioca						
Cultivo de amendoim						
Cultivo de banana						
Cultivo de feijão						
Recolha de fruta e de folhas						
Cuidar dos animais						
Geração de rendimentos						
Venda de leite, ovos						
Artesanato						
Aluguer de quartos						
Emprego						
Trabalho sazonal						
Trabalho assalariado com contrato						
Função Pública						
Actividades reprodutivas						
<i>Relacionadas com água</i>						
Buscar água						
<i>Relacionadas com combustível</i>						
Buscar lenha						
<i>Preparação da comida</i>						
<i>Cuidar das crianças</i>						

Actividades	Mulheres		Homens		Tempo dispendido	Localização
	Mulheres adultas	Rapazas	Homens adultos	Rapazes		
<i>Cuidados sanitários</i> Cuidar dos doentes Ir buscar medicamentos						
<i>Limpeza/ reparação</i> Limpeza da roupa Reparação da casa						
Trabalho comunitário						
Casamentos Funerais Reuniões na aldeia						

A elaboração dum *Perfil de Actividades* envolve muito trabalho. Contudo, assim que se escrevem as actividades é relativamente fácil preencher o modelo. Um modelo preenchido fornece um quadro da carga de trabalho de todos os membros do agregado familiar e ajuda os participantes a chegarem a um acordo sobre os constrangimentos em tempo que eles encaram. O *Perfil de Actividades* também indica as cargas de trabalho adicionais suportadas por aqueles que cuidam dos seus parentes ou amigos que padecem de VIH/SIDA ou os substituem nas tarefas que eles já não podem realizar. Pode-se repetir o *Perfil de Actividades* depois da implementação das estratégias de mitigação do VIH/SIDA de forma a avaliar se se verificaram algumas mudanças nas actividades levadas a cabo ou na quantidade de tempo que os membros dos agregados familiares gastaram nelas.

4.7 Perfil de Acesso e de Controlo

O *Perfil de Acesso e de Controlo* classifica por itens os recursos que as pessoas usam para levar a cabo as actividades listadas no *Perfil de Actividades*. Faz-se uma distinção entre “acesso” e “controlo”. O acesso a um recurso significa que o indivíduo ou o agregado familiar tem o direito a usar o recurso. Contudo, tal não quer dizer que o controla. Por exemplo, uma mulher casada pode trabalhar num campo, o que quer dizer que ela tem acesso à terra mas que não significa que esteja numa posição para decidir o que aí deve ser cultivado ou se a terra pode ser usada para produzir crédito. O controlo sobre um recur-

so significa ter poder para decidir quem tem acesso ao recurso e de que maneira o mesmo deve ser usado. O Quadro 4 fornece um exemplo dum *Perfil de Acesso e de Controlo*.

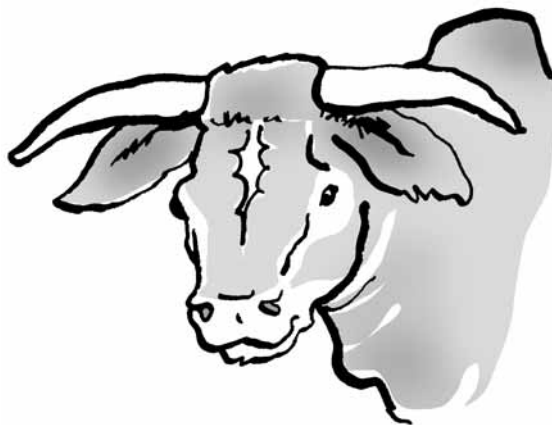


Figura 9: O direito de acesso à terra e ao gado por parte das mulheres muitas das vezes é inseguro

Quadro 4: Perfil de Acesso e de Controlo

Recursos	Benefícios				
	Homens	Mulheres			
Terra	A/C	A	Facilidades de Crédito	A	
Gado/Aves de capoeira	A/C	A/C	Programas de Extensão	A	
Dinheiro	A/C	A	Viveiros	A	
Equipamento	A/C	A/C	Insumos do Projecto	A	
Fertilizantes	A/C				
Educação	A	A			
Grupo consanguíneo/ parentesco	A	A/C			
Trabalho	A/C	A			
Etc.					

Nota: A = acesso/ C = controlo

4.8 Factores que exercem influência

A informação obtida a partir da *Análise e Estudo do Género* e as conclusões tiradas dos exercícios do *Perfil de Actividades* e do *Perfil de Acesso e de Controlo* podem ser usadas para determinar os constrangimentos deparados e as oportunidades disponíveis para os membros da comunidade. O efeito que as hierarquias sociais, os valores da comunidade, os factores demográficos e as estruturas institucionais têm sobre as escolhas de subsistências disponíveis para os membros da comunidade, também se encontram aqui incluídos.

Estes factores interagem com as leis tradicionais/consuetudinárias e nacionais e o ambiente político e económico que determina o acesso a infraestruturas/serviços de educação, formação e de saúde. Alguns factores serão classificados como constrangimentos na medida em que dificultam a mobilização de recursos humanos. Outros, que incluem a presença de grupos de auto-ajuda, podem tornar-se a base para uma intervenção de ajuda para mitigar o impacto do VIH/SIDA. O Quadro 5 apresenta o modelo dos “*factores que exercem influência*” que ainda têm que ser classificados como oportunidades ou constrangimentos.

Quadro 5: Factores que influenciam as oportunidades e constrangimentos para mitigar os efeitos do VIH/SIDA

Factores que exercem influência	Constrangimentos	Oportunidades
Normas e hierarquia social da comunidade		
Factores demográficos		
Estruturas institucionais		
Factores económicos		
Factores políticos		
Leis		
Formação		

Ao se classificar desta maneira os factores que exercem influência, faz com que seja possível para os agentes extensionistas demonstrar os constrangimentos e oportunidades que determinam as opções de subsistência disponíveis tanto para os homens, como para as mulheres.

Também torna claro como o poder de controlo e de tomada de decisão dentro da família se reflecte nas políticas e decisões que são tomadas a nível nacional.

A informação obtida através do uso destes processos participativos fornece uma base para as intervenções de planeamento que possibilitarão que as comunidades adaptem as suas práticas agrícolas e actividades fora da agricultura, de forma a mitigar o impacto do VIH/SIDA. Por exemplo, nas comunidades patriarcais, a mulher muitas das vezes perde o seu direito à terra quando o homem morre. Tal significa que as leis da comunidade impedem que a mulher se possa encarregar da sua família. Ao reconhecer-se este facto, tal pode levar a que a comunidade decida em favor de garantir que as mulheres tenham direito ao acesso e controlo da terra, irrespectivamente do seu estado civil. Como resultado pode ser que sejam introduzidas escrituras dos títulos de propriedade da terra para as mulheres ou talhões comunais só para mulheres.

Contudo, intervenções isoladas tais como as que acabámos de referir, raramente são suficientes. Sem se dispor de tempo, aptidões e de dinheiro para comprar os insumos necessários, o acesso à terra não melhorará o bem estar do agregado familiar. Discutindo, por exemplo, com os membros da comunidade o impacto de mudar os costumes que imperam sobre o acesso à terra, tal pode revelar que são necessárias medidas adicionais de forma a garantir o êxito dos esforços para reforçar as oportunidades de subsistência.

Os *Perfis de Actividades* também podem ser usados para elaborar calendários agrícolas. Estes ajudam a identificar a mão-de-obra, os recursos agrícolas e a quantidade de tempo envolvidos na produção duma cultura ou dum legume, na produção animal e de outras tarefas que geram rendimentos. Também podem ser usados para ajudar a determinar a melhor maneira de adaptar e planificar as actividades agrícolas de modo a ajustarem-se às capacidades e necessidades das pessoas que vivem com VIH/SIDA.

4.9 Escolas de Campo e da Vida para Jovens Agricultores: indo ao encontro das necessidades dos jovens

Muitos dos agregados familiares rurais são encabeçados por órfãos provocados pelo VIH/SIDA. Ir ao encontro dos problemas encarados por estas e outras crianças/jovens vulneráveis requer uma abordagem especial. As *Escolas de Campo e da Vida para Jovens Agricultores (JFFLS)*, baseadas no modelo bem montado das *Escolas de Campo para Agricultores (FFS)*, podem fornecer um apoio significativo.

Em primeiro lugar podem-se criar campos de aprendizagem/experimentação em escolas e outros centros onde os jovens regularmente se juntam. Aqui eles participarão num programa com a duração de um ano, que segue o ciclo agrícola local. Eles experimentam com métodos agrícolas, tal como lavoura de conservação, culturas intercaladas, compostagem, manejo integrado de pragas e práticas de criação de aves de capoeira e de cabras que melhor se adaptam às condições e necessidades locais. No decorrer do programa, são introduzidos e discutidos temas da vida como sejam saúde, nutrição, VIH/SIDA, igualdade de género e a protecção dos direitos da criança.

Esta abordagem de “aprender, fazendo” (*learning by doing*) é uma metodologia inspirada pelos resultados positivos alcançados pelas *Escolas de Campo para Agricultores*. A ênfase é colocada na aprendizagem prática e na importância de possibilitar aos participantes de observarem, analisarem e tomarem decisões utilizando a informação e as visões que eles adquirem através da sua participação numa Escola de Campo para Agricultores.

O exemplo que a seguir se apresenta, retirado das experiências de Moçambique, mostra como as *Escolas de Campo e da Vida para Jovens Agricultores* podem contribuir para o reestabelecimento duma agricultura produtiva nas comunidades afectadas pelo VIH/SIDA.

Estas *Escolas de Campo e da Vida para Jovens Agricultores* foram apoiadas inicialmente pela FAO e pelo Programa Mundial de Alimen-

tação e dirigidas pelas escolas primárias e as organizações comunitárias de base, em cooperação com os Ministérios da Agricultura, da Educação e do Bem Estar Social. Este organismos forneciam-lhes sementes, alfaia agrícolas e materiais escolares.

No programa em Moçambique um grupo de 30 crianças/jovens de idades compreendidas entre os 12 e os 17 anos, frequentam, semanalmente, aulas extras perto da sua escola rural. Elas iniciam a semana com um exercício de observação das culturas que foram seleccionadas para cultivo no campo de aprendizagem/demonstração. Anotam como as plantas se estão a desenvolver, se há insectos à volta das plantas e se são nocivos (pragas) ou insectos benéficos. Estes jovens também frequentam outras aulas nas quais são estimulados a discutir temas ligados à vida de todos os dias.

Em Moçambique as *Escolas de Campo e da Vida para Jovens Agricultores* têm como objectivo melhorar as oportunidades dos jovens para uma auto-suficiência futura. Eles aprendem a guardar as sementes, a propagar os alimentos locais e as plantas medicinais, a construir celeiros melhorados e galinheiros e estábulos com materiais locais. Também se lhes ensina como criar gado e a processar produtos agrícolas para venda.

Quando a geração mais velha morre sem ter transmitido o seu conhecimento



Figura 10: Os problemas dos jovens que vivem num agregado familiar afectado pelo VIH/SIDA requerem uma atenção especial

e experiência aos jovens, as comunidades perdem a capacidade de fazer uso produtivo dos seus recursos. As *Escolas de Campo e da Vida para Jovens Agricultores* podem ajudar os agentes extensionistas a ultrapassar o problema do conhecimento agrícola que se perdeu, ao garantir que a juventude da comunidade esteja na posse da informação e da experiência prática para levar a cabo actividades agrícolas.

5 Explorar os recursos

Os cuidados de saúde são essenciais para as pessoas que vivem com VIH/SIDA. Tanto para as pessoas infectadas com o vírus como para aqueles que os cuidam, que têm que se manter fortes para poderem levar a cabo este trabalho, é muito importante que possam contar com uma provisão adequada de alimentação, de boa qualidade e nutritiva. Planear estratégias visando o impacto do VIH/SIDA sobre as pequenas comunidades agrícolas implica que é necessário assegurar o acesso a uma alimentação nutritiva, assim como aos cuidados médicos.

5.1 Boa nutrição

Para alguém se manter saudável e poder resistir a doenças é necessário poder contar com alimentos de boa qualidade nutricional. Uma dieta alimentar regular e bem balanceada é particularmente importante para as pessoas que padecem de VIH/SIDA. Quando a dieta diária é bem balanceada e nutritiva, a vulnerabilidade geral decresce, a força física aumenta e haverá uma melhoria da qualidade de vida das pessoas que vivem com o vírus. A medicina só por si não é suficiente. É essencial que se sigam dietas balanceadas e boas práticas nutricionais.

Os alimentos básicos como sejam milho, batata doce, mandioca, plátano, amendoim, sorgo/mapira e arroz constituem a maior parte das dietas alimentares rurais. Não obstante, estes alimentos básicos deveriam ser suplementados com alimentos ricos em vitaminas, minerais e proteínas. É necessário contar com alimentos suplementares, tais como com legumes, frutos secos, frutas, leguminosas e, caso possível, com produtos animais, de forma a se garantir uma dieta nutritiva. Os agentes extensionistas podem desempenhar um papel importante ao assegurar que os agregados familiares tenham acesso a comida de qualidade e quantidade suficientes, através do fornecimento de informação de como preparar, duma maneira eficaz, comida rica em nutrientes, disponível localmente.



Figura 11: Para se permanecer saudável é necessário contar-se, diariamente, com uma dieta alimentar balanceada

5.2 Uma terapia medicamentosa eficaz depende de uma nutrição balanceada

O acesso a uma alimentação nutritiva pode fortalecer o sistema imunitário, mas as doenças oportunistas que afligem as pessoas que padecem de VIH/SIDA requerem atenção médica e intervenções sob a forma de uma terapia medicamentosa apropriada. Os medicamentos anti-retrovirais podem fazer com que as pessoas possam de novo trabalhar e ganhar a sua vida. A curto prazo tal implica que o VIH/SIDA não seja letal e que as comunidades podem manter-se a si mesmas social e economicamente.

Embora os medicamentos anti-retrovirais associados com uma dieta alimentar bem balanceada possam ajudar a prolongar a vida das pessoas infectadas com o vírus do VIH/SIDA, o custo de tais tratamentos é, normalmente, tão elevado que se encontra fora do alcance daqueles que mais os necessitam.



Figura 12: Não há medicamentos que possam curar o VIH/SIDA

Os medicamentos utilizados na terapia anti-retroviral podem causar reacções severas. Para terem eficácia devem ser tomados com o estômago cheio. A má nutrição e a subnutrição são males amplamente espalhados na África subsariana. Como resultado, mesmo quando é possível obter medicamentos anti-retrovirais, os pacientes encontram-se em condições de uma tal debilidade que o efeito é muito reduzido.

É por isso que é importante garantir que se integrem intervenções médicas na estratégia global de mitigação do VIH/SIDA, baseadas em práticas agrícolas minuciosamente planificadas e bem adaptadas.

5.3 Plantas medicinais

A Organização Mundial da Saúde estima que 80% da população nos países em vias de desenvolvimento usa medicamentos derivados de plantas medicinais. Estes “remédios locais” são, frequentemente, os únicos medicamentos que se podem obter.



Figura 13: Nos países em vias de desenvolvimento 80% da população depende dos medicamentos que provêm de plantas medicinais

O conhecimento tradicional sobre as propriedades medicinais das plantas constitui um recurso importante para as comunidades empobrecidas, lutando para mitigar o impacto do VIH/SIDA. Os curandeiros tradicionais são importantes porque são aceites pela comunidade, são acessíveis, não cobram muito e, visto que vivem na comunidade, conhecem e compreendem as doenças que mais frequentemente aí se manifestam.

As plantas medicinais podem ajudar a manter a saúde das pessoas que vivem com VIH/SIDA. Podem ser usadas para:

- Tratar infecções oportunistas;
- Fortalecer o sistema imunitário para que o progresso da infecção abrande;
- Reduzir a malnutrição através de tónicos, suplementos alimentares e suplementos para abrir o apetite;
- Servir como anti-depressivos e possibilitar que os doentes possam lidar melhor com a sua situação.

5.4 Acesso às plantas medicinais

Normalmente em cada agregado familiar cultivam-se algumas plantas medicinais, que podem ter sido deliberadamente plantadas para fins medicinais ou podem ser um produto secundário de outras espécies, como sejam árvores que têm muitos usos. Muitas vezes as plantas medicinais crescem de forma descontrolada nos arbustos ou até são classificadas como ervas daninhas.

Encorajando os conhecedores locais a partilharem o conhecimento que possuem sobre plantas medicinais com os membros da comunidade, possibilitará aos agregados familiares que padecem de VIH/SIDA identificarem as plantas que os podem ajudar a aliviar os sintomas da doença e as infecções que os acompanham. As abordagens participativas, como a que foi usada num *workshop* comunitário em Meru, no Quénia, podem produzir resultados significativos. O Quadro 6 mostra a lista de plantas medicinais identificadas pelos participantes do *workshop* de Meru.

Quadro 6: Algumas plantas medicinais correntemente usadas em Meru, Quénia

Espécies	Problema de saúde
Papaia ou Artemisia	Malária
Moringa olerífera	Anemia e subnutrição
Rauvolfia caffra	Depressão e diabetes
Amargoseira (Neem) ou Eucalipto	Problemas de pele e respiratórios

Espécies	Problema de saúde
Ricino	Diarreia
Mafurreira (<i>Trichilia emetica</i>)	Parasitas (vermes) e amibas
Plumeria alba	Cortes/escoriações recentes
Vangueria madagascariensis	Dor de estômago
Kigelia Africana	Constipações

Nos planos para adaptar os sistemas agrícolas de forma a mitigar o impacto do VIH/SIDA, dever-se-ia incluir a criação de hortas medicinais. Estas podem ser localizadas centralmente, nas hortas dos curandeiros tradicionais ou localizadas nas redondezas de ONG, centros de saúde e escolas empenhados na mitigação do VIH/SIDA. Algumas das plantas medicinais não crescem bem em hortas e têm que ser cuidadas nos seus habitats naturais. Há outras espécies que podem requerer uma atenção especial ou, devido a razões espirituais, têm que desempenhar-se rituais de modo a garantir as suas propriedades medicinais.

Os curandeiros tradicionais podem ajudar as pessoas que vivem com VIH/SIDA na medida em que possuem o conhecimento que lhes permite identificar as espécies, isolar as suas propriedades medicinais e receitar, quando os sintomas se manifestam, as combinações e doses requeridas. Contudo, eles nem sempre estão dispostos a partilhar o seu conhecimento com outros membros da comunidade e pode haver tradições secretas que os proibam de plantar algumas espécies nas suas hortas. A transferência e aplicação do conhecimento local também podem ser afectados por regulamentos que proibem o cultivo de determinadas espécies de plantas.

O conhecimento que a comunidade tem sobre o valor das plantas medicinais aumentará quando houver o maior número possível de agregados familiares que se encontra envolvido no planeamento da localização e composição da horta medicinal. Para que as pessoas que vivem com VIH/SIDA possam ter um acesso fácil aos remédios, necessários para melhorar a sua saúde e a sua força, os agregados familiares agrícolas precisam de sementes de algumas espécies específicas e do conhecimento de como colher, preparar e usar as plantas quando estas já estão maduras.

As hortas medicinais e os talhões individuais apenas podem ser mantidos caso se possa dispor de mão-de-obra suficiente para os cultivar e colher e para preparar as plantas que eles produzem. Nalguns casos, a melhor opção poderá ser criar uma horta medicinal comunal, gerida por toda a comunidade.

Mais de metade das espécies de plantas conhecidas como possuindo propriedades medicinais são árvores. Caso se criem hortas medicinais devem-se plantar arbustos e árvores com propriedades medicinais. Embora algumas espécies tais como, por exemplo, a ameixeira africana (*Prunus africana*), que é utilizada para purificar o sangue, apenas sejam produtivas depois de muitos anos, há outras que crescem muito mais rapidamente, como a *Warburgia ugandensis* cujas folhas são usadas para baixar a febre e tratar o reumatismo.

6 Utilizar os recursos

Os sistemas agrícolas de pequena escala dependem duma base de recursos diversos de culturas, plantas selvagens, árvores e de criação de gado. O conhecimento local sobre como usar e cuidar destes recursos está ligado, muitas vezes, ao local e ao género. As comunidades rurais dependem da agrobiodiversidade local e do conhecimento tradicional ou autóctone para se adaptarem a choques externos e a pressões internas.

6.1 Manutenção da biodiversidade

As plantas, quer de espécies selvagens, quer cultivadas, assim como os arbustos e árvores perenes são usadas para alimentação, forragem, medicina e combustível. Os agricultores dependem, para muitos serviços, dos seus recursos em plantas e animais. Eles proporcionam tracção animal, oferecem sombra, protegem o solo contra erosão e fornecem o habitat para os insectos polinizadores benéficos. Estes recursos, quando são vendidos como matérias primas ou processados em mercadorias comercializáveis, podem proporcionar um rendimento monetário para os agregados familiares rurais.

Uma agrobiodiversidade rica, bem-mantida e produtiva fornece uma base sólida e estável para as actividades agrícolas. A diversidade é uma importante estratégia de gestão de riscos e permite que os agricultores possam responder mais eficazmente à ameaça de pragas vegetais e animais e de doenças. Por isso, se se usarem variedades culturais, raças melhoradas e insumos químicos na agricultura de pequena escala, estes devem estar integrados de forma a que a manutenção de altos níveis de agrobiodiversidade seja uma prioridade elevada.

Manter a diversidade significa cuidar dos alimentos selvagens – dos quais fazem parte as ervas daninhas e as partes das plantas que, embora não sejam normalmente consumidas, podem ter qualidades nutritivas importantes. Os agricultores com um papel chave e os especialis-

tas de alimentação/nutricionistas possuem o conhecimento e as aptidões técnicas para transformar estes “alimentos de fome” em importantes suplementos dietéticos nutritivos. Esta informação deve ser divulgada aos agregados familiares agrícolas, de modo que eles possam criar uma rede diversa de segurança biológica, a partir de insectos comestíveis, do mel e de outros produtos que normalmente não são considerados como produtos agrícolas. Estes produtos podem fornecer uma nutrição suplementar e podem constituir uma fonte valiosa de nutrição em épocas de crise.

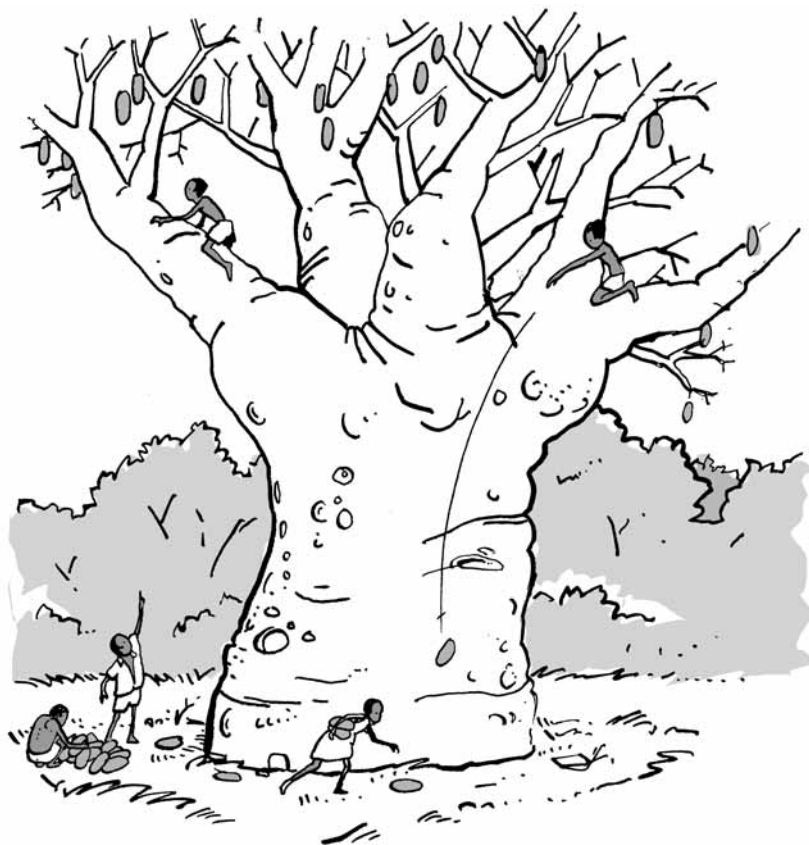


Figura 14: Recolhendo alimentos

As mulheres, as crianças e os povos pastoralistas possuem, geralmente, um conhecimento considerável sobre a localização, sazonalidade de usos de plantas selvagens e de árvores frutíferas locais. Eles podem dar informação aos agentes extensionistas de como estes recursos podem ser utilizados para incrementar a segurança e a qualidade nutritiva das dietas alimentares dos agregados familiares.

Os agentes extensionistas podem combinar a informação local com conhecimento derivado de investigação nacional e internacional sobre alimentos selvagens com um aconselhamento apropriado de como usar, da melhor maneira, a agrobiodiversidade.

6.2 Optar pelas árvores

O VIH/SIDA despoja violentamente os agregados familiares rurais do seu conhecimento agrícola, mão-de-obra e rendimentos. Os agregados encontram-se numa posição em que não podem comprar os insumos externos de que necessitam para produzir culturas de mercado. Os recursos locais, que são baratos e acessíveis, podem proporcionar uma base para outros tipos de produção agrícola. Por exemplo, os projectos de agrossilvicultura, utilizam, na íntegra, a diversidade genética das plantas locais. Podem ajudar a compensar a disrupção dos sistemas de apoio baseados no parentesco e na comunidade – um dos efeitos mais devastadores do VIH/SIDA – introduzindo práticas que acrescentam um valor de mercado aos recursos das plantas locais e reduzem a quantidade de trabalho necessário para as actividades agrícolas.

Existem muitas culturas de árvores e de arbustos que podem ser usadas para incrementar a segurança e a qualidade da vida da comunidade. Ao se adaptar as práticas agrícolas de forma a mitigar os efeitos do VIH/SIDA, os agregados familiares rurais necessitam de intervenções que os ajudem a satisfazer as suas necessidades mais urgentes e lhes possibilitem estabelecer uma base com vista a uma futura segurança dos meios de vida/subsistência.

6.3 Vantagens da agrossilvicultura

As árvores fornecem forragem e combustível. No caso de serem plantadas perto da propriedade familiar, a tarefa de recolher estes materiais torna-se um fardo menor. As mulheres, especialmente, podem beneficiar das práticas de agrossilvicultura.

Os sistemas de agrossilvicultura apresentam as seguintes vantagens:

- As plantas lenhosas perenes, como sejam as árvores, os arbustos e as lianas fornecem frutos, frutos secos e legumes, a ser utilizados como alimentos;
- As culturas arbóreas podem ser colhidas ano após ano, enquanto as culturas anuais necessitam de ser plantadas cada ano;
- Mais de 50% das espécies medicinais conhecidas são espécies arbóreas;
- Algumas espécies têm a capacidade de criar microclimas favoráveis. As árvores que fixam o azoto, plantas que protegem o solo contra a erosão e árvores e arbustos que fornecem sombra, assim como bons materiais de compostagem, são espécies particularmente valiosas;
- Áreas muito ricas em árvores frondosas (com sombra) ajudam a diminuir a evaporação e a proteger a captação da água;
- Produtos como sejam fruta, bebidas feitas a partir de frutos secos e a madeira podem ser vendidos para gerar rendimentos;
- As árvores fornecem um habitat para a caça selvagem, para os insectos polinizadores e para as abelhas melíferas;
- Algumas espécies arbóreas podem ser produtivas dentro de um espaço de tempo relativamente curto;
- As árvores são multifuncionais e podem proporcionar, com relativamente pouco trabalho, uma fonte fiável de rendimentos para os agregados familiares;
- As culturas perenes que incluem certas culturas arbóreas podem ser cultivadas paralelamente às culturas anuais, de modo a aumentar a segurança do agregado familiar.

A plantação de árvores é um investimento a longo prazo. Antes que se possam fazer planos, os agentes extensionistas devem ter a certeza que os agricultores ou bem são os proprietários ou têm o direito à terra destinada a actividades agrossilvícolas. Por vezes pode-se reivindicar a terra através da plantação de árvores, mas tal nem sempre é o caso. O *International Centre for Research in Agroforestry (ICRAF)* tem muita informação útil sobre este assunto e dá aconselhamento nas suas brochuras e no seu *website* www.icraf.org

A escolha das espécies

A escolha das culturas e espécies de plantas selvagens adequadas constitui um primeiro passo importante para se garantir uma agrobiodiversidade sustentável. Os agentes extensionistas, em conjunto com os membros da comunidade local, devem proceder a um inventário das espécies e plantas que podem fornecer produtos e serviços de que eles necessitam. Isto lhes possibilitará decidir quais as espécies que devem ser cultivadas ou mantidas. Os agentes extensionistas devem garantir que haja uma boa representação de mulheres na concepção e planeamento destas actividades. O seu conhecimento, incluindo o conhecimento extensivo de plantas que produzem alimentos, constitui uma contribuição importante aquando do planeamento de estratégias de adaptação baseadas na agrobiodiversidade.



Figura 15: As actividades que geram rendimentos são essenciais

A escolha do local

O segundo passo nos projectos baseados na agrobiodiversidade é a identificação dos locais mais adequados para se cultivarem as plantas seleccionadas. As condições de crescimento numa exploração agrícola variam. O solo, a água e o microclima devem ser adequados e deve-se tomar em consideração a maneira como as plantas seleccionadas interagem com outras espécies e a sua capacidade para resistir a pragas e doenças. Também devem existir leis nacionais e consuetudinárias que restringem a plantação de certas espécies. Por exemplo, algumas espécies culturais são específicas ao género - algumas espécies agrícolas estão exclusivamente a cargo de homens, outras de mulheres; por vezes é proibida a plantação de árvores nas áreas ribeirinhas e pode ser que a colheita de espécies raras ou ameaçadas seja ilegal. Espécies medicinais sagradas muitas das vezes são protegidas pelas leis consuetudinárias.

Espécies perenes e animais de pequeno porte

Também é importante pensar para além das culturas anuais. Os animais, as árvores e as espécies perenes (semi) selvagens possuem um valor especial para as famílias que vivem com VIH/SIDA. Por exemplo, os animais de pequeno porte multiplicam-se e reproduzem-se rapidamente e fornecem segurança. Eles constituem um activo tangível e, ao contrário das culturas, podem ser vendidos e trocados quando surgem emergências.

Insumos e riscos

Devem-se evitar os híbridos de rendimento alto e as espécies que requerem que o agricultor compre fertilizantes, pesticidas e outros insumos externos. As espécies devem ser seleccionadas de forma a assegurar que haja uma disponibilidade de produtos durante vários períodos do ano. Deve-se também tomar em consideração a quantidade de mão-de-obra disponível para as actividades agrossilvícolas. Os agregados familiares que vivem com VIH/SIDA não podem preencher exigências de trabalho pesadas ou súbitas. O cultivo de várias espécies ou variedades pode reduzir o risco do fracasso da cultura. Espécies e variedades com uma elevada segurança de colheita, que fornecem

produtos para o mercado assim como para consumo familiar, são muito valiosas.

6.4 Trabalhar com lavoura de conservação

A lavoura de conservação produz benefícios a longo prazo. A lavoura foi sempre importante na agricultura de sequeiro. A lavoura de conservação é uma adaptação recente a esta prática e visa utilizar a água que entra na exploração agrícola de modo mais eficiente, melhora a estabilidade da produção e aumenta a fertilidade do solo, especialmente nas zonas áridas e com declives. A lavoura de conservação, utilizando uma lavoura reduzida, culturas intercalares e rotação das culturas, minimiza o distúrbio do solo e permite uma permanente cobertura do solo.

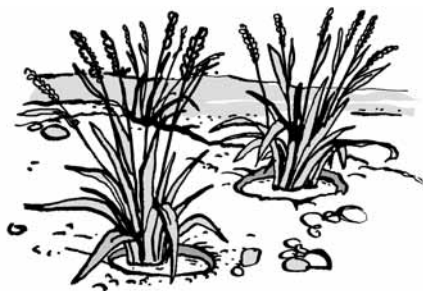


Figura 16: Uma redução da lavoura ajuda a prevenir a erosão do solo

De início, quando se passa para a lavoura de conservação, é necessário mão-de-obra adicional e isto pode constituir um problema. Esta técnica deve ser bem compreendida e as comunidades devem estar bem informadas sobre esta técnica e devem ter acesso às espécies adequadas. Contudo, quando a lavoura de conservação já está estabelecida, tal implica que é necessário menos trabalho para a preparação da terra e a monda e significa que, especialmente para as mulheres, se reduz consideravelmente o tempo que têm que dispender no campo.

7 Edificar a cooperação

A adaptação das práticas agrícolas visando a mitigação do impacto do VIH/SIDA significa assegurar que os agricultores têm acesso às sementes, mão-de-obra e dinheiro. Neste capítulo discutem-se as actividades que possibilitam que os agricultores tenham acesso a estes insumos e coloca-se a ênfase no fortalecimento do capital social das comunidades que vivem com VIH/SIDA. Com capital social referimo-nos às relações e reciprocidades que existem entre os parentes e o agregado familiar e que formam a base da vida da comunidade.

Em muitas das comunidades agrícolas de pequena escala verificou-se uma desintegração das formas de cooperação tradicionais sob o impacto do VIH/SIDA. O intercâmbio do conhecimento sobre estas formas de cooperação e a continuação do seu fortalecimento e desenvolvimento, podem ser especialmente úteis, em particular em situações nas quais os agricultores recorreram à agricultura de subsistência.

As feiras de sementes, a partilha do trabalho, e as iniciativas de crédito e de poupança também são exemplos da cooperação da comunidade que podem ajudar os agregados familiares rurais a adaptarem-se ao impacto do VIH/SIDA. As feiras de sementes facilitam o intercâmbio de materiais de plantio; a inter-ajuda familiar em forma de partilha de trabalho, pode ajudar as famílias que perderam membros trabalhadores devido a VIH/SIDA, e os sistemas de poupança e de crédito podem possibilitar que as famílias de agricultores possam edificar as suas reservas monetárias. As hortas comunitárias e os acordos de utilização mútua e partilhada dos animais, também constituem formas de cooperação eficazes que contribuem para a segurança alimentar e nutricional e para o bem estar familiar.

7.1 Feiras de sementes

As feiras de sementes são um exemplo de intercâmbio entre os agricultores. Permitem aos agricultores terem acesso às sementes assim

como a outro material vegetal de propagação, como sejam estacas de enxertia ou plântulas de árvores. Quando estas são trocadas entre as comunidades, o seu conhecimento sobre propagação também se transmite de uns para os outros.



Figura 17: As feiras de sementes facilitam o intercâmbio de sementes tradicionais e de conhecimento entre os agricultores

Um dos primeiros passos que os agentes extensionistas tomam quando organizam uma feira de sementes é inventariar quais as sementes que se encontram disponíveis e se são adequadas às condições locais. É importante a localização escolhida para a Feira de Sementes. Esta deve ser de fácil acesso para o grupo-alvo e também deve ser acessível ao maior número possível de mulheres vendedoras de sementes.

O Sistema de Vales ou Cupões

A experiência tem mostrado que quando as feiras de sementes se baseiam num sistema de vales ou cupões, os agricultores tendem a pensar mais cuidadosamente sobre as trocas que eles efectuam. Eles conseguem calcular mais minuciosamente qual o tipo de sementes que eles querem e como as pretendem utilizar. Não é difícil organizar um sistema de vales ou cupões. Os agricultores recebem um número de vales/cupões que pode ser trocado por sementes. No final da feira de sementes os vendedores são pagos pelos organizadores da feira pelos vales ou cupões que eles receberam. Um sistema de vales ou cupões

ajuda a evitar que os vendedores de sementes manipulem agricultores que possuem menos capacidade/poder de negociação.

Se se tomar cuidado de modo a garantir que apenas se utilizem vales ou cupões durante a Feira das Sementes será possível monitorizar como é que se efectuou a troca das sementes. Os agentes extensionistas podem usar a informação derivada dos vales para avaliar a circulação de sementes e, mais tarde, para determinar se um melhor acesso às sementes talvez possa ter encorajado os agricultores a dedicarem-se a variedades que já não estavam ser utilizadas e/ou a novas variedades.

7.2 Hortas comunitárias

Com base na informação obtida durante os exercícios participativos, os membros da comunidade e os agentes extensionistas podem começar a planificar as hortas comunitárias. Uma melhor gestão da agrobiodiversidade decorrente da utilização do conhecimento local, insumos provenientes dos agentes extensionistas, dos resultados da investigação e da experiência de outras comunidades, tudo isso contribui para a criação de hortas que podem fornecer aos membros da comunidade abastecimentos regulares de alimentação nutritiva.

O milho, a batata doce, a mandioca, o plátano, o amendoim e o sorgo/mapira são os hidratos de carbono mais correntes que fazem parte da dieta alimentar dos agregados familiares rurais. Estes devem ser suplementados por culturas apropriadas para horticultura e que são ricas em vitaminas e minerais, como sejam frutas, legumes, frutos secos/nozes e leguminosas. Se as condições forem favoráveis, as hortas familiares de quintal e as hortas comunitárias podem ser desenhadas de modo a incluírem piscicultura e criação de pequenos animais, o que permitirá às famílias de agricultores poderem contar com um abastecimento de proteína de peixe e outra proteína animal.

O Agrodok no. 9 – *A horta de quintal nas regiões tropicais* – fornece informação detalhada sobre como criar uma horta de quintal. Aquando

da discussão e planeamento duma horta comunitária, devem-se tomar em consideração os seguintes pontos:

- Tipo de horta: proporção de plantas nutricionais e de plantas medicinais;
- Quanto tempo se necessita para dedicar a actividades hortícolas;
- Pode-se planificar as culturas de campo aberto de tal modo que haja mão de trabalho que sobre para o trabalho na horta;
- Quem se ocupará da horta – os membros do agregado familiar, os membros da comunidade ou gente de fora (assalariados);
- Onde será criada a horta: nos terrenos comunitários, perto de uma mesquita, igreja ou escola;
- Quem é que decidirá o que aí vai ser produzido;
- Desenho/concepção da horta: drenagem, água, solo (as inclinações do terreno devem ser tomadas em consideração quando se planifica o lugar das camas de sementes), talhões com legumes, árvores e arbustos;
- Deve-se poder lidar com as tarefas e problemas que envolvem o cultivo, fertilidade do solo e manejo de pragas e doenças;
- Assuntos relativos à água: quanta água será necessária e de onde será proveniente; quem é responsável pela salvaguarda de um abastecimento adequado;
- Escolha das culturas e da rotação cultural: pode-se utilizar os métodos do *Calendário Sazonal* e da *Análise dos 4 Quadrados* para se tomar estas decisões;
- Pode-se incluir a criação de peixe, de pequenos animais, assim como a produção de árvores, com vista a garantir um aprovisionamento de alimentos nutritivos durante todo o ano;
- Segurança: fazer vedações ou tomar outras medidas para que os animais não entrem na hortas e também para evitar roubos;
- Colheita: como se produzirá e haverá uma distribuição dos lucros entre os vários participantes?

Outras considerações

Deve-se tomar atenção para poder associar os planos da criação de hortas familiares de quintal e de hortas comunitárias com outros aspectos da vida rural. Estes também devem ser integrados em activida-

des agrícolas dum âmbito mais vasto de modo a garantir que haja um intercâmbio de materiais vegetais, de que se conte com estrume e que existam arbustos e ramadas para proporcionar a sombra adequada. A comunidade pode decidir usar algum do dinheiro obtido com as culturas de campo aberto para investir nas actividades hortícolas.

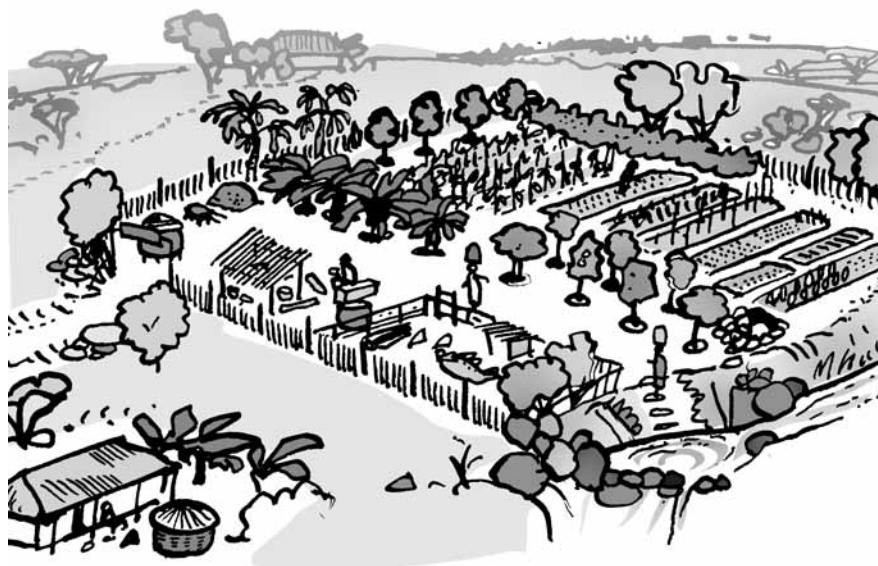


Figura 18: Horta comunitária

Deve-se prestar atenção a como se pode acrescentar valor à produção de hortícolas. Pode-se ensinar aos membros da comunidade várias maneiras de preparar e de secar os legumes. Também se pode armazenar os produtos hortícolas de modo aos agregados familiares poderem beneficiar dos mesmos mais tarde, obtendo preços de fora de estação. Podem-se propagar sementes e materiais de enraizamento e vendê-los a par da fruta e dos legumes frescos. As hortas comunitárias proporcionam um serviço social e encorajam o intercâmbio de conhecimento e de experiência. Os agregados familiares podem decidir usar o que eles aprenderam nas hortas comunitárias para começarem a fazer as suas próprias hortas.

7.3 Proceder a escolhas: o *Calendário Sazonal*

A elaboração dum *Calendário Sazonal* pode ajudar os membros da comunidade a decidirem quando e o que plantar nas suas hortas familiares de quintal ou nas hortas comunitárias. Isto também pode ajudá-los quanto à planificação de actividades pós-colheita, como sejam o armazenamento e a conservação e secagem dos alimentos.

Quadro 7: Calendário Sazonal elaborado pelo projecto “Escola de Campo e da Vida para Jovens Agricultores”, Manica, Moçambique

Culturas	Estação das chuvas						Irrigação					
	O	N	D	J	F	M	A	M	J	Jul	A	S
Cereais												
Milho	X	X	X	X								
Sorgo/mapira			X	X								
Outras culturas												
Girassol					X	X						
Soja		X	X									
Feijão nhemba			X	X	X	X						
Feijão verde					X	X						
Mandioca								X	X	X		
Amendoim		X	X									
Gergelim			X	X								
Batatas						X	X	X	X	X		
Culturas hortícolas												
Tomate				X	X	X	X	X	X	X	X	
Couve folhuda						X	X	X	X	X		
Repolho						X	X	X	X	X	X	
Alface					X	X	X	X	X	X	X	
Pimento verde					X	X	X	X	X	X	X	X
Cebola						X	X	X	X	X		
Alho						X	X	X	X	X		
Beringela						X	X	X	X	X	X	X
Piri-piri						X	X	X	X	X	X	X
A estação das chuvas decorre de Outubro/Novembro a Fevereiro/Março. X representa o período de crescimento. As culturas produzidas durante a estação seca dependem da irrigação. Os calendários das culturas hortícolas não correspondem com o início e o fim de um período de cultivo mas mostram o período óptimo para a produção destas culturas.												

O *Calendário Sazonal* mostra a disponibilidade de alimentos, o que implica que as pessoas que participam no projecto de hortas comunitárias devem fazer uma lista de quando se efectua o plantio e a colheita das culturas alimentares locais. Também se incluem neste exercício as plantas selvagens utilizadas na alimentação. Os agentes extensionistas devem anotar a carga de trabalho de cada membro da família. Pode-se discutir entre os vários agregados familiares os *Calendários* por eles elaborados, de forma a ver se existem maneiras de partilhar as cargas de trabalho.

Um *Calendário Sazonal* permite às comunidades identificar os períodos em que os agregados familiares são vulneráveis à escassez de comida e em que necessitam de ajuda do exterior. Pode-se, então, discutir maneiras de como aumentar a segurança alimentar e nutricional.

7.4 Monitorizar os resultados

Após se trabalhar com uma horta familiar de quintal ou uma horta comunitária durante algum tempo, é importante monitorizar o efeito que tal tem na dieta alimentar e no bem-estar dos membros da comunidade. Pode-se, então, fazer adaptações, caso necessário. Para avaliar se a horta comunitária foi bem sucedida, é necessário dispor da informação seguinte.

- Verificou-se uma mudança na quantidade e qualidade da nutrição do agregado familiar?
- Verificou-se uma mudança no nível do estado de saúde dos membros do agregado familiar?
- Quantas espécies novas ou diferentes estão a ser cultivadas na horta?
- Houve uma mudança quanto ao rendimento do agregado familiar como resultado da horta?
- O agregado familiar sente que o seu abastecimento alimentar agora é mais seguro?
- Verificou-se um aumento no número dos contactos e das actividades partilhadas entre os agregados familiares?

7.5 Partilhar o trabalho

Nos agregados familiares com pessoas que vivem com VIH/SIDA, a cooperação no que diz respeito à partilha e intercâmbio de trabalho reveste-se de grande importância. A partilha de trabalho pode possibilitar as comunidades a adoptarem novas práticas sem que isto constitua uma sobrecarga para a força de trabalho disponível.



Figura 19: O trabalho da lavoura é pesado

A partilha de trabalho envolve dividir cargas de trabalho entre várias pessoas e também distribuir as cargas de trabalho por um período de tempo mais longo. Para além disso, permitindo uma maior estabilidade no desempenho das tarefas, a partilha do trabalho constitui uma boa maneira para a aquisição de auto-confiança, conhecimento e experiência. A partilha de trabalho pode ir desde ajudar um vizinho, até à tomada de decisão de partilhar o trabalho de maneira mais eficiente, dentro dum agregado familiar.

As hortas comunitárias fornecem um bom exemplo de partilha de trabalho. Os membros ajudam-se uns aos outros com a monda de ervas daninhas e com a rega. Quando alguém fica doente, tem que ir a um funeral ou tem que cumprir outra obrigação social, há membros do grupo que estão disponíveis para os substituírem no trabalho. Este tipo de intercâmbio de trabalho pode ser alargado a uma ampla variedade de actividades agrícolas. Contudo, é necessário que haja uma organização para garantir que as obrigações são cumpridas e que os acordos estabelecidos são suficientemente flexíveis para se poder lidar com os problemas e emergências que podem fazer com que seja impossível para um participante reciprocamente a ajuda imediata que lhe foi dada.

O intercâmbio e partilha de trabalho constituem uma opção em muitos tipos diferentes de planos de adaptação. Os agentes extensionistas podem ajudar as comunidades a determinar e a programar as suas necessidades de trabalho e ajudar a facilitar a obtenção duma organização flexível de tais acordos. O exemplo seguinte, apresentado por Gaynor Paradza, do *Africa Women Leaders Agriculture and Environment programme* da Universidade e Centro de Investigação de Wageningen e que foi tirado duma pequena comunidade no Zimbabué, é elucidativo de como funciona a participação/partilha de trabalho.

A aldeia era composta por 19 propriedades familiares e a maioria dos habitantes tinha uma relação de parentesco. O resultado era uma forte coesão social. As famílias tinham acesso aos campos cultivados e às hortas individuais, situados cerca de 3-5 quilómetros das propriedades familiares/explorações agrícolas. A distância entre as casas e respectivos campos e uma disponibilidade reduzida de mão-de-obra devido ao VIH/SIDA, dificultou que as pessoas pudessem, de forma apropriada, guardar os seus talhões contra roubos, animais selvagens e gado que se desloca livremente. Os recursos florestais esgotaram-se, sendo, assim, difícil encontrar materiais para as vedações.

Nos anos 80, a comunidade criou uma horta comunitária num terreno com um acre (4.047 m²), situado próximo da aldeia. As mulheres da aldeia negociaram colectivamente a terra. As suas tentativas foram coroadas de êxito e o chefe da aldeia concedeu-lhes a terra de que elas necessitavam. Todas as mulheres da aldeia podiam, caso quisessem, juntar-se a esta iniciativa. Um voluntário escavou dois furos. Uma organização não-governamental concedeu um empréstimo em dinheiro às mulheres que elas utilizaram para comprar material para vedação.

De início as mulheres trabalharam conjuntamente numa cooperativa e cultivaram legumes para o mercado. Com os resultados das vendas pagaram o empréstimo para a vedação e também realizaram um rendimento modesto. A cooperativa também beneficiou do aconselhamento de ONG que trabalham na área. Por sua vez, as ONG ficaram

contentes por conseguirem uma maneira eficiente de divulgarem informação e técnicas inovadoras.

Após algum tempo, os membros decidiram subdividir a horta comunitária em talhões individuais. Estes eram compostos por seis “canteiros” medindo cada um deles 1x4 metros. Todos os membros puderam recolher água dos furos para os seus canteiros individuais e continuaram a ser responsáveis, conjuntamente, pela manutenção da vedação da horta.



Figura 20: Partilhar o trabalho é partilhar as cargas de trabalho com outros

Durante a estação seca, as mulheres fizeram turnos para regar os seus canteiros de modo a garantir que houvesse água suficiente para todos. Os membros da comunidade também se ajudaram mutuamente com a monda e com a rega. Tal é importante na medida em que o VIH/SIDA coloca uma pesada e crescente exigência sobre as mulheres que vivem nos agregados familiares afectados. A filiação na horta é relativamente segura. Os membros que têm que sair em determinado momento devido a problemas de doença ou de mobilidade, podem regressar mais tarde e reivindicarem um talhão. Durante a sua ausência, outras mulheres, como sejam as que vieram para a aldeia devido a um casamen-

to recente, ou mulheres divorciadas ou viúvas, podem usar esta terra de pousio.

A disposição sobre a posse da terra não era discriminatória contra as mulheres na base do seu estado civil. Isto aumentou a segurança da mulheres sobre a posse da terra, nas áreas em que a posse da terra era regulamentada pelo direito consuetudinário. A proximidade da horta comunitária em relação às casas e campos de cultivo, o acesso contínuo a insumos, informação e aconselhamento, a assistência fornecida por outras pessoas e a possibilidade de, temporariamente, deixarem a horta sem perderem os seus direitos de acesso futuros, vão ao encontro dalguns dos desafios que as mulheres (e também os homens) encaram quando são confrontados com o VIH/SIDA. E o que assume uma importância similar é o facto que a horta comunitária deu às mulheres a oportunidade de juntarem os seus recursos, de trocaram informação e obterem aconselhamento, aos quais teria sido difícil aceder numa base individual ou de agregado familiar.

7.6 Poupanças e crédito

A maioria das estratégias agrícolas de adaptação requerem um investimento inicial na forma de tempo, dinheiro ou de mão-de-obra. A falta de dinheiro para comprar equipamento agrícola, sementes e para pagar trabalho assalariado constitui, frequentemente, um problema grave. O dinheiro esgota-se quando os membros masculinos chave do agregado familiar ficam doentes e, assim, incapacitados de trabalhar na exploração agrícola ou em trabalhos assalariados. Uma combinação de mecanismos financeiros tradicionais e modernos pode possibilitar os agregados familiares a terem acesso ao dinheiro de que necessitam para comprarem insumos agrícolas e para lidarem com emergências médicas e sociais.

Microfinanciamento rural

As estratégias que assentam em abordagens tradicionais de poupanças são conhecidas por muitas famílias rurais. Intervenções como sejam o *Sistema Interno de Poupança e Empréstimo* uma actividade que a se-

guir passamos a descrever, pode ser adaptada para satisfazer as capacidades da comunidade e dos agregados familiares afectados por VIH/SIDA. São as seguintes as vantagens do sistema interno de *SIP&E* :

- Fornece às comunidades rurais os meios de angariar capital de forma rápida. As despesas gerais são mínimas e podem ser recuperadas com juros;
- Encoraja a cooperação ao nível comunitário, ao reforçar as redes (o trabalho em rede) de apoio à comunidade: é operado e gerido pela comunidade;
- Ajuda os membros da comunidade a satisfazerem as suas necessidades sociais e de consumo;
- Reduz a dependência dos agregados familiares no que se refere à ajuda externa;
- Oferece aos membros uma alternativa para um comportamento de risco.

Criação dum Sistema Interno de Poupança e de Empréstimo

As comunidades ou grupos de agregados familiares afectados por VIH/SIDA são mobilizados e são capacitados por agentes extensionistas numa série de aptidões que incluem desenvolvimento de fundos do grupo e manutenção de registos. Depois de terem recebido uma formação, as comunidades organizam grupos de sistema interno de *P&E*, com um número mínimo de cinco membros. Nas suas reuniões mensais, os membros angariam uma quantidade de dinheiro que foi acordada. Isto pode ser emprestado a indivíduos seleccionados no grupo. Os membros devem pagar este empréstimo, acrescido duma determinada quantidade acordada de juros, durante a reunião seguinte. Se há um atraso nos reembolsos ou estas pessoas não comparecem às reuniões, são impostas multas específicas devido a não pagamento.

Pratica-se este ciclo de poupanças e de empréstimos até que o grupo tenha alcançado uma quantia alvejada. Partilha-se, então, esta quantia entre os membros e o grupo encontra-se pronto para começar um novo ciclo.

Alfred Hamadziripi da *Southern Africa Poverty Network* (*Rede da Pobreza na África Austral*) tem levado a cabo um sistema bem sucedido de *P&E* com o objectivo de apoiar as necessidades de rendimentos de agregados familiares afectados por VIH/SIDA em *Kupfuma Ishungu*, Zimbabué. Os grupos formados no início do projecto, em 2000, ainda estão a funcionar e agora estão a trabalhar para formar novos grupos na sua área. O Quénia e a África do Sul contam-se entre os países com experiência nesta área dum sistema interno de *P&E*.

8 Criação de animais

O gado constitui um importante recurso a longo-prazo para os produtores rurais. Adaptar as práticas de criação de gado de forma a mitigar os efeitos do VIH/SIDA é tão importante como melhorar e assegurar o acesso aos alimentos à base de plantas. O gado – que, no seu sentido mais lato, engloba a criação de carneiros, vacas, cabras, burros, camelos, porcos e também aves de capoeira, constitui um activo crucial e uma rede de segurança para os agregados familiares agrícolas. Os seus produtos têm um valor monetário e os próprios animais podem ser vendidos em épocas de infortúnios e de crises familiares.

Os animais fornecem alimentação de qualidade, como seja carne, produtos lácteos e ovos e também são uma fonte de tracção animal e de transporte e o seu estrume é utilizado como combustível, fertilizante e para a construção e reparação das casas. Muitos dos costumes e relações sociais tradicionais assentam na troca de animais.

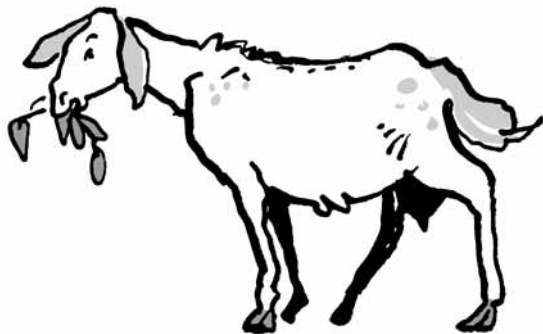


Figura 21: O gado de pequeno porte que requer menos trabalho e busca o seu alimento pode contribuir para a segurança alimentar e as receitas do agregado familiar

Nos agregados familiares que vivem com VIH/SIDA os recursos em gado diminuem rapidamente. As famílias abatem ou vendem os seus animais para angariar fundos de forma a comprar medicamentos e sa-

tisfazer outras despesas do agregado. Como resultado perdem um activo financeiro crucial, assim como uma fonte de alimentos e de serviços. Quando as pessoas responsáveis pelo maneo do gado ficam doentes ou morrem, perdem-se as aptidões de gestão e o conhecimento específico sobre os rebanhos e bandos de aves. Não se dispõe de tempo ou mão-de-obra suficientes para tratar deles de forma apropriada e os órfãos e as viúvas têm dificuldade de acesso aos serviços de extensão. As mulheres e as crianças também podem perder os seus direitos aos animais nas sociedades em que a herança favorece os homens.

8.1 O gado nas estratégias de mitigação do VIH/SIDA

A maneira segundo a qual os animais podem ser usados para mitigar o impacto do VIH/SIDA dependerá das circunstâncias locais. Os agentes extensionistas que trabalham com comunidades para adaptar as práticas de criação de gado à aptidões e capacidades locais devem:

- Seleccionar espécies e raças que atinjam a maturidade rapidamente, estejam adaptadas a condições climáticas e ambientais locais, sejam resistentes a doenças e não requeiram muitos insumos;
- Seleccionar animais que podem ser mantidos perto de casa de modo a que as pessoas que vivem com VIH/SIDA possam tratar deles;
- Sempre que necessário, aconselhar os agregados familiares a criar espécies animais de pequeno porte, que requerem pouco trabalho, podem pastar sozinhos, necessitam de pouca comida e podem proporcionar segurança alimentar e um rendimento monetário;
- Encorajar os membros da comunidade a partilhar os animais de maior porte, de tracção animal, utilizados para a lavoura e para transporte;
- Quando os agregados familiares não podem produzir culturas agrícolas, fornecer-lhes a informação de que eles necessitam para criar o tipo de animais mais apropriado à sua situação;
- Conjuntamente com a comunidade, considerar intervenções que utilizam menos mão-de-obra de forma a minimizar o trabalho envolvido na criação dos animais. Por exemplo, a criação de pontos de água perto da casa e campos de cultivo e a plantação de árvores fo-

rageiras para reduzir o tempo e o esforço gastos na recolha da forragem;

- Fornecer informação de como conservar e armazenar os produtos animais;
- Ajudar a identificar nichos de mercado para produtos e serviços animais, como parte dum planeamento de adaptação e de mitigação;
- Assegurar o apoio legal e/ou do direito consuetudinário para as viúvas e orfãos para evitar a perda súbita do gado.

8.2 Cuidar das aves domésticas

As aves domésticas – galinhas, patos, pintadas e perús – também desempenham um papel importante nas estratégias tendentes a aumentar a segurança alimentar e o rendimento monetário das famílias camponesas, desempenhando, igualmente, um importante papel sócio-cultural. Porque são fáceis de manter e requerem poucos insumos, as famílias pobres podem criá-las. As aves de capoeira criadas num sistema de liberdade ou semi-liberdade são particularmente indicadas para sistemas de culturas agrícolas-criação de animais.



Figura 22: As aves domésticas significam segurança alimentar e geração de rendimentos

Contudo, os métodos tradicionais de criação de aves domésticas necessitam, frequentemente, de ser apoiados por intervenções externas,

em especial em áreas em que problemas como sejam a doença de Newcastle ameaça a saúde do bando. Programas de vacinação podem aumentar a taxa de sobrevivência dos galináceos, tal como foi demonstrado por projectos iniciados pelo *International Rural Poultry Centre* (Centro Rural Internacional de Aves domésticas) operando na Austrália. Em Moçambique e Zimbabué, por exemplo, ensinou-se a agricultores seleccionados como vacinar as suas galinhas e agora eles obtêm um rendimento vacinando eles próprios as galinhas na aldeia.

9 Actividades geradoras de rendimentos, dentro e fora da exploração agrícola

As famílias camponesas necessitam de dinheiro para satisfazerem as obrigações domésticas e pagar uma ampla gama de serviços. Ao se acrescentar valor aos produtos da exploração agrícola e aos recursos da comunidade, tal aumenta a quantidade de dinheiro que os agregados familiares dispõem para investirem noutras actividades produtivas. No entanto, a quantidade de tempo e energia que os indivíduos, membros da família, dispõem para se dedicarem a actividades que geram rendimentos, varia de agregado para agregado.

Pode-se usar um *Perfil de Actividades* para recolher informação dos membros da comunidade sobre o tempo que eles gastam nas tarefas normais da exploração agrícola e do agregado familiar. Isto pode ser usado para avaliar se as actividades potenciais para obter rendimentos monetários irão sobrecargar os membros da família e criar dificuldades. Adaptando as práticas agrícolas de tal maneira que se possam aliviar as cargas de trabalho dos membros da comunidade fará com que seja mais fácil enveredar por actividades que geram rendimentos monetários.

As pessoas que vivem com VIH/SIDA são menos capazes de desempenhar trabalhos pesados, de trabalharem durante períodos de tempo longos ou cumprirem horários rígidos de trabalho. Quando se fazem planos para integrar actividades que gerem rendimentos no âmbito de estratégias para mitigar o impacto de VIH/SIDA, devem-se tomar em consideração os seguintes factores:

- Mão-de-obra: mínimo de exigência de mão-de-obra sem concentração de esforços como seja a que é necessária durante o início da ciclo produtivo;
- O rendimento deve assentar no uso de recursos locais e em aptidões que não necessitam de insumos externos, ou estes são muito baixos;

- O rendimento deve ser estável durante todo o ano;
- Deve-se calcular cuidadosamente o mercado potencial das opções de geração de rendimentos;
- As actividades não devem ter que ser realizadas em momentos fixos.

O tipo de exploração agrícola, os recursos disponíveis dentro da comunidade e a procura no mercado determinarão as oportunidades disponíveis de ganhar dinheiro. Até que ponto as comunidades podem aproveitar estas oportunidades dependerá das aptidões existentes e do tempo disponível. Para se manter um nível adequado de produção, talvez seja necessário efectuar uma mudança para variedades e espécies que exijam um menor insumo de trabalho e força física.

A introdução de ferramentas que exigem uma menor força física, tal como seja charruas, semeadoras e bombas mais leves/menos pesadas, assim como utensílios mais eficientes, tal como fogões que gastam pouca lenha podem ajudar as famílias de agricultores a redistribuírem as tarefas e a reduzirem a quantidade de tempo gasta nas tarefas domésticas normais, como seja cozinhar ou ir buscar lenha. O tempo e o trabalho que estes tipos de intervenção fazem poupar, podem ser investidos em desenvolver oportunidades de gerar rendimentos.

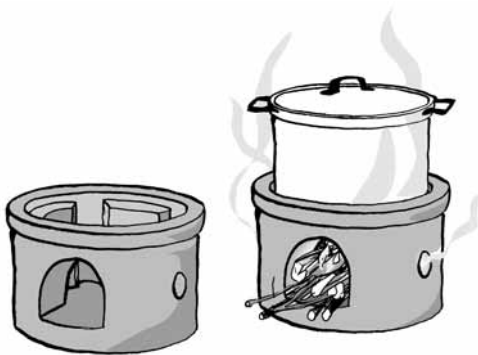


Figura 23: Fogões que gastam pouca lenha tornam o trabalho mais leve, poupando trabalho e lenha

Nas comunidades em que se adaptou a produção agrícola de modo a incluir actividades agrossilvícolas, começam gradualmente a aparecer produtos para venda, como sejam madeira, frutas e forragem. A intervenção agrossilvícola reduz, frequentemente, a carga de trabalho das

mulheres, possibilitando que se engajem em actividades de processamento alimentar, secagem e venda de hortícolas e à confecção de artesanato, tudo isto produtos que têm um valor de mercado mais elevado que as próprias matérias primas.

A agrobiodiversidade local em alguns casos também pode ser comercializada. Muitas árvores selvagens e produtos animais podem ser transformados em produtos comercialmente viáveis. Produtos como madeira, estacas, especiarias, frutos, mel, gordura, carne, materiais de cobertura de telhado, taninos, colas e insecticidas, têm todos um valor de mercado. Os agregados familiares também podem usar os recursos locais para produzirem mobiliário, colmeias, pilões, ferramentas e cabos para as ferramentas, tutores para plantas, bebidas fermentadas, armadilhas para animais e peças de artesanato, assim como bebidas, molhos e outras comidas.

Outras actividades que geram rendimentos e que não são muito exigentes em termos de tempo e de trabalho são o cultivo de raízes e de tubérculos, criação de galinhas à solta (sistema de criação em liberdade) ou a produção de mel e a propagação de árvores de fruta ou de frutos secos. A criação de coelhos também é relativamente simples e as crianças podem ajudar com as tarefas diárias de alimentar os animais e mantê-los limpos.



Figura 24: As crianças gostam de criar coelhos

As actividades da exploração agrícola que geram rendimentos devem ser talhadas à capacidade do agregado familiar e comunidade alvos, se se pretender que sejam sustentáveis e bem sucedidas. Nalguns casos isso pode implicar que essas actividades produzirão rendimentos relativamente baixos. Contudo, o objectivo é assegurar um rendimento estável.

À medida que os membros da comunidade ficam engajados em actividades comerciais, pode ser que para eles seja útil criar um Grupo de Auto-Ajuda. No caso dum membro do grupo ficar doente ou deixar o grupo devido a uma emergência familiar, os outros membros do grupo serão capazes de manter o abastecimento dos produtos e mercados da comunidade e não se perderão os rendimentos monetários.



Figura 25: A participação das mulheres em actividades que geram rendimentos pode levar a benefícios mais latos

Actividades fora da exploração agrícola

As actividades não-agrícolas de subsistência, incluindo empregos fora da exploração agrícola, a provisão de serviços e de várias formas de comercialização podem ser de importância para os agregados familia-

res camponeses. Se as circunstâncias o permitirem, deve-se incentivar as mulheres a engajarem-se em actividades fora da exploração agrícola. A experiência tem mostrado que o dinheiro que as mulheres ganham aumenta o bem-estar geral do agregado familiar, reforçando, também, o poder de tomada de decisão das mulheres dentro da família. As oportunidades de emprego fora da exploração agrícola variam enormemente. Os agentes extensionistas podem desempenhar um papel valioso no encorajamento dos membros da comunidade a avaliarem o impacto das actividades fora da agricultura sobre a segurança alimentar do agregado familiar e o bem-estar da comunidade. Tal pode ser feito utilizando-se os mesmos métodos que foram usados para avaliar o impacto da adaptação das práticas agrícolas, que já foram tratados anteriormente.

9.1 Conclusão

Nos seus esforços para mitigar a forma em que o VIH/SIDA afecta as comunidades agrícolas de pequena escala, os agentes extensionistas, encontram-se, muitas vezes, a lidar com novos grupos alvo. Estes grupos são extremamente vulneráveis, não são necessariamente homogêneos e são, frequentemente, estigmatizados e difíceis de atingir. Estes grupos são os que vivem com VIH/SIDA e as mulheres, as pessoas idosas e as crianças que vivem nos agregados familiares afectados pela doença. A agricultura pode desempenhar um papel importante na mitigação do impacto do VIH/SIDA mas tal requer uma abordagem multi-sectorial. Todos aqueles que se encontram envolvidos no apoio dos meios de vida/subsistência rural e com o bem-estar das pessoas que vivem com VIH/SIDA necessitam de garantir que as actividades por eles iniciadas sejam, o máximo possível, complementares. Eles também têm que olhar mais além da agricultura, visando outras intervenções possíveis. Uma mitigação eficaz significa garantir que as actividades planificadas sejam compatíveis com as estratégias de subsistência locais do grupo-alvo.

Este Agrodok visa mostrar a importância de avaliar a maneira como o VIH/SIDA tem um impacto na vida económica e social das economias

rurais. A partir desta perspectiva, enfatiza a importância da colaboração. O intercâmbio de experiências e aprendizagem com colegas que trabalham noutros sectores, que incluem a saúde, silvicultura, educação e gestão dos recursos naturais, constitui uma parte essencial do desenvolvimento de soluções polivalentes e duradouras.

Os sistemas de agricultura de pequena escala dependem de uma base de diversos recursos de culturas, plantas selvagens, árvores e gado. O conhecimento sobre a biodiversidade local e como usar e cuidar estes recursos está, frequentemente, ligado ao local e ao género. As comunidades rurais têm que adaptar as mudanças no seu ambiente e usar os seus conhecimentos tradicionais ou autóctones para lidar com os choques externos e pressões internas. As estratégias de mitigação do VIH/SIDA podem assentar nestas estratégias de sobrevivência.

As estratégias de mitigação do VIH/SIDA que aqui tratamos colocam a prioridade que possibilitam os agentes extensionistas de apoiar as comunidades locais nos seus esforços para garantir um abastecimento adequado de alimentação nutritiva. Uma alimentação de boa qualidade, em quantidade suficiente, não só ajudará a prolongar e a melhorar a qualidade de vida daqueles que vivem com VIH/SIDA, mas também proporciona às pessoas que os cuidam a força mental e física para levarem a cabo a sua difícil tarefa.

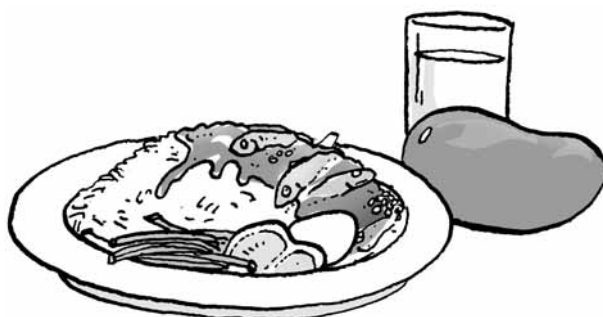


Figura 26: Nunca é demais enfatizar a importância duma dieta balanceada e nutritiva

Leitura recomendada

Addressing HIV/AIDS through Agriculture and Natural Resource Sectors: A guide for extension workers. Bishop-Sambrook, Clare. 2004. Roma: FAO, 85 pp. Descarregar através do site www.fao.org

Como Viver de Forma Positiva: Um manual prático para facilitar a acção comunitária nas áreas afectadas pelo HIV/SIDA. Sam L.J.Page e Fortunate Nyakanda, 2006, CABI-Science/CTA. Livro + CD-Rom.

Conservation agriculture as a labour saving practice for vulnerable households. IFAD, FAO 2004.

HIV/AIDS and agriculture in Sub Saharan Africa. Tanja R. Müller 2004, 104 pp, Paperback, AWLAE Series - Volume 1, Wageningen Academic Publishers, Países Baixos. ISBN: 978-90-76998-46-6. Uma visão geral e bibliografia anotada.

HIV/AIDS and human development in Sub Saharan Africa. Tanja R. Müller, 2005, 132 pages, Paperback, AWLAE Series - Volume 3, Wageningen Academic Publishers, Países Baixos. ISBN: 978-90-76998-50-3. Uma visão geral com bibliografia anotada sobre a mitigação do impacto do VIH/SIDA através de intervenções agrícolas.

HIV/Aids Extension Fact Sheets. FAO. Feb 2005. Descarregar através de www.fao.org/sd/hiv aids (cerca de 4 pp cada) O programa de VIH/SIDA da FAO produziu uma série de “fichas de trabalhos” para trabalhadores de extensão e técnicos de campo com o objectivo de apoiar as famílias nas áreas afectadas pelo VIH/SIDA. Estas fichas de trabalho fornecem algumas ideias de aconselhamento sobre as estratégias de mitigação da Sida em áreas de trabalho como sejam a nutrição, criação de animais de pequeno porte, pescas e tecnologias para diminuir a quantidade de trabalho utilizada.

HIV/AIDS gender and rural livelihoods in Sub Saharan Africa. Tanja R. Müller, 2005, 117 pages, Paperback, AWLAE Series - Volume 2, Wageningen Academic Publishers, ISBN: 978-90-76998-49-7. Uma visão geral e bibliografia anotada.

HIV/AIDS resource guide for extension workers. NAADS 2004. Roma: NAADS. Descarregar do site: www.fao.org

Living well with HIV/Aids: A manual on nutritional care and support for people living with HIV/Aids. FAO e OMS. 2002. 97 pp.

Manual de Trabalho de Campo, Programa de Análise Sócio-Económica e de Género. FAO, 2001. (ASEG) (Roma: FAO, 141 pp). <http://www.fao.org/sd/seaga>

Medicina Alternativa de A a Z. Carlos Nascimento Spethmann, 2003. Uberlândia, Brasil: editoria Natureza (6a edição), 392 pp.

Melhorar a Nutrição Através das Hortas Familiares: Módulo de Formação Destinado a Técnicos de Extensão Agrícola em África. FAO, 2003. Roma, 289 pp.

Seed vouchers and fairs; a manual for seed based agricultural recovery after disaster in Africa. CRS, ICRISAT and ODI 2002. Nairobi, Quenia 72pp.

Techniques and practices for local responses to HIV/AIDS. 2004. KIT Publishers, Amsterdam, Países Baixos. ISBN: 90-6832-639-2 As respostas locais ao VIH/SIDA implicam o envolvimento das pessoas onde elas vivem, nas suas casas, nos seus bairros e nos seus lugares de trabalho. Para a prevenção do VIH/SIDA e a mitigação do seu impacto, cada indivíduo, família, comunidade e organização necessita de lidar, de maneira eficaz, com o VIH/SIDA. Para tal, a aprendizagem e a troca de experiências com outros constitui um passo importante nesta direcção. Descarregar do site: www.kit.nl

Endereços úteis

AMICAALL

www.amicaall.org boletins e outras publicações que fornecem informação sobre a *Alliance of Mayors and Municipal Leaders on HIV/AIDS in Africa*.

Alliance of Mayors Secretariat

P.O. 60401 Katutura, Windhoek Namibia

T: +264 61 224 730/22 6377

E: exec.secretary@amicaall.org.na W: www.amicaall.org

Bioversity International

www.biodiversityinternational.org fornece informação sobre alimentos e espécies agrícolas silvestres. Conhecido antigamente como IPGRI, agora denomina-se Biodiversity International.

Bioversity International Headquarters

Via dei Tre Denari, 472a 00057 Maccarese (Rome) Italy

T: (39) 066118.1, F: (39) 0661979661

E: bioversity@cgiar.org, W: www.biodiversityinternational.org

FHI

www.fhi.org/en/hiv aids A *Family Health International* (FHI) tem fichas de trabalho em inglês, francês, espanhol e árabe sobre VIH/SIDA e sobre os programas do FHI.

Family Health International 2101 Wilson Boulevard, Suite 700

Arlington, VA 22201 USA Tel: 1.703.516.9779

IFAD, The International Fund for Agricultural Development

Publicações relevantes para as estratégias de mitigação do VIH/SIDA, que incluem as estratégias do programa do FIDA para fortalecimento de género na África oriental e austral.

Via del Serafico, 107

00142 Rome, Italy

T: 39-0654591, F: +39-065043463

E: ifad@ifad.org , W: www.ifad.org

IFAP International Federation of Agricultural Producers

Fornece informação visando estimular a cooperação entre as organizações de produtores agrícolas.

60, rue Saint-Lazare, 75009 Paris, France

T: 33 1 45 26 05 53 - F: 33 1 48 74 72 12

E: ifap@ifap.org, W: www.ifap.org

ILEIA

Centro de Informação para a Agricultura Sustentável e de Baixo Uso de Insumos Externos. Promove o intercâmbio de informação para os pequenos agricultores no Sul através da identificação de tecnologias promissoras. O intercâmbio de informação sobre estas tecnologias faz-se principalmente através da Revista do ILEIA. É possível obter todos os artigos *on line*.

Contacto: ILEIA, Zuidsingel 16, 3811 HA Amersfoort, Países Baixos

T: +31(0)33-4673870, F: +31(0)33-4632410

E: ileia@ileia.nl, W: www.leisa.info

FANTA, para ajuda alimentar e nutricional, incluindo no que diz respeito ao VIH/SIDA

Academy for Educational Development

1825 Connecticut Avenue, NW, Washington, DC 20009-5721

T: (202) 884-8000, F: (202) 884-8432

E: fanta@aed.org, W: www.fantaproject.org

Portal de Segurança Alimentar e Informação sobre Políticas Alimentares em África (incluindo info sobre Alimentação, Agricultura e HIV/SIDA), UN-ECA DISD & SDD em cooperação com as Redes Africanas de Segurança Alimentar/Política Alimentar e o Departamento de Economia Agrícola da Universidade Estadual de Michigan: www.aec.msu.edu

Abreviaturas

ARV	Medicamentos anti- retrovirais
AWLAE	African Women Leaders Agriculture and Environment programme (Programa para Mulheres Africanas Dirigentes na Agricultura e Meio Ambiente)
CRS	Serviços Católicos de Assistência
FAO	Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura
FANTA	Assistência técnica para a Alimentação e Nutrição
VIH/SIDA	Vírus de Imunodeficiência Humana/Síndrome de Imunodeficiência Adquirida
PVVS	Pessoas que vivem com VIH/SIDA
ASEG	Análise Sócio-Económica e de Género
ICRAF	Centro Mundial Agroflorestal
ICRISAT	Instituto Internacional de Investigação de Culturas dos Trópicos Semi-áridos
FIDA	Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola
FIPA	Federação Internacional de Produtores Agrícolas
IRPC	Centro Rural Internacional de Avicultura
KIT	Instituto Real dos Trópicos, Amsterdam
NAADS	Serviço Nacional de Assessoria Agrícola
ONG	Organização Não-Governamental
ODI	Instituto de Desenvolvimento Ultramarino
P&E	Poupança e Empréstimo (Sistema Interno de)
UNAIDS	Programa Conjunto das Nações Unidas para o VIH/SIDA
UNDP	Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas
CEA	Comissão Económica das Nações Unidas para África
UNIFEM	Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher
OMS	Organização Mundial de Saúde
WUR	Universidade e Centro de Investigação de Wageningen

Glossário

- Perfil de Acesso e de Controlo*** Metodologia destinada a listar os recursos usados e identificar os membros da comunidade que têm acesso a esses recursos e o poder de decisão sobre os mesmos.
- Perfil de Actividades*** Pode ser usado para se obter uma visão mais profunda sobre as actividades dos membros da comunidade.
- Medicamentos Anti-retrovirais*** Medicamentos usados no tratamento do VIH/SIDA que retardam o desenvolvimento do vírus no corpo humano.
- Horta Comunitária*** Horta que pertence e é gerida pela comunidade ou grupos dentro da comunidade, como sejam, as mulheres.
- Lavoura de Conservação*** As culturas são produzidas com um mínimo do cultivo do solo. Os restos ou os resíduos das plantas ficam à superfície do solo em vez de nele serem revolvidos pela charrua. Uma técnica agrícola que tem provado a sua eficácia ao mesmo tempo que se economiza trabalho.
- Análise dos 4 Quadrados*** Um método participativo de recolha e análise de dados.
- Análise de Género*** Método para documentar o estatuto, o papel e as actividades das mulheres numa comunidade.

Sistema Interno de Poupança e Empréstimos Uma entre várias maneiras pelas quais as comunidades podem erigir o seus recursos financeiros.

Escolas de Campo e da Vida para Jovens Agricultores Actividades práticas, de acção, destinadas a jovens, para transferir aptidões agrícolas e informação sobre assuntos como sejam VIH/SIDA.

Infecções oportunistas O VIH/SIDA enfraquece o sistema imunitário fazendo com que as pessoas que se encontram afectadas por esta doença sejam muito vulneráveis a outros tipos de infecção.

Calendário Sazonal Método com vista à documentação das actividades agrícolas e rurais do agregado familiar.

Feiras de Sementes Feiras rurais onde se troca , de forma controlada, sementes e outro material vegetal de propagação.